

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 69ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Mesa da Assembleia
 - 2.3 – Comissões
- 3 – MANIFESTAÇÕES**
- 4 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.859

Declara de utilidade pública a Associação dos Parkinsonianos de Ipatinga – Aspi –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Parkinsonianos de Ipatinga – Aspi –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.860

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Mente Aberta – Núcleo de Valorização do Ser, com sede no Município de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Mente Aberta – Núcleo de Valorização do Ser, com sede no Município de Unai.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/8/2021

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 2.974, 3.001 a 3.011, 3.013 a 3.019, 3.021 e 3.022/2021; Requerimentos n°s 8.954, 8.956 a 8.965, 8.967 a 8.974, 8.976 a 8.981 e 8.984 a 8.988/2021; Requerimentos Ordinários n°s 1.065, 1.070 e 1.078/2021 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Segurança Pública, de Fiscalização Financeira, de Educação e de Saúde – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 1.065, 1.070 e 1.078/2021; deferimento – Decisão da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Atas

– A deputada Ana Paula Siqueira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

– O deputado Noraldino Júnior, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Damiron de Sousa Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Monte Carmelo, encaminhando documentação sobre supostas condutas criminosas e irregulares praticadas pela superintendente regional de ensino desse município e solicitando a apuração dos fatos. (– À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Fernando S. Marcato, diretor-geral em exercício do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.029/2021, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.440/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.113/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. José Augusto Pinto, oficial do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.888/2021, da deputada Leninha. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.974/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Contagem o imóvel com área de 40.000m² (quarenta mil metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Senegal 229, Bairro Eldorado. no lugar denominado ÁGUA BRANCA, com os característicos e confrontações seguintes: tomando como ponto de partida a interseção dos eixos das Ruas Grécia e França, caminha-se na direção NE 329 metros, atingindo um dos alinhamentos da área desapropriada. Desse ponto, toma-se a direção 90º (noventa graus) à esquerda e caminhando 66,50m (sessenta e seis metros e cinquenta centímetros), chegando-se a um marco de concreto que define um dos vértices da área. Deste, com a direção 90º (noventa graus) à direita e caminhando 301 metros (trezentos e um metros), chega-se ao segundo marco. Deste, toma-se a direção 90º (noventa graus) à direita, com caminhamento de 133m (cento e trinta e três metros), chega-se ao 3º marco, com direção de 90º (noventa graus) à direita, caminha-se 301m (trezentos e uni metros) e atinge o 4º e último marco e deste com direção de 90º (noventa graus) à direita e distância de 66,50 (sessenta e seis metros e cinquenta centímetros), fechando assim o perímetro da área; doação que essa que foi feita pela Prefeitura Municipal de Contagem., no Município de Contagem, e registrado sob o nº 3.645, a fls. 248 do Livro 3-C, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao Centro Social Urbano – CSU.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 15 (quinze anos) contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2021.

Virgílio Guimarães, presidente da Comissão de Redação (PT).

Justificação: O Centro Social Urbano – CSU é um espaço multifuncional em Contagem, para usufruto da população, com desenvolvimento de inúmeras atividades, como a prática esportiva, lazer, palestras e encontros.

No Centro estão, atualmente, em funcionamento ou em processo de instalação nas dependências, uma quadra esportiva coberta, onde funciona o projeto Trampolim; cozinha anexa à quadra esportiva coberta; quadra esportiva externa; arquibancada; teatro de arena; área de lazer infantil; pista de skate; estacionamento utilizado como pista de caminhada; academia da cidade; quadra esportiva de areia; Unidade Básica de Saúde – Unidade CSU Eldorado; farmácia distrital; Centro de referência da Assistência Social – CRAS Eldorado; guarita e distrito sanitário.

O imóvel pertencia ao município de Contagem e foi doado para outra finalidade, sendo assim, necessário, a sua devolução para a finalidade social. Certo de sua importância, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.001/2021

Garante que a cobrança das tarifas de serviços públicos prestados pelas concessionárias de serviços públicos Cemig, Copasa e Gasmig se dê com base na medição e comprovação do consumo efetivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido a cobrança, por parte das concessionárias de serviços públicos Cemig, Copasa e Gasmig, de valores e tarifas calculados com base em estimativa e/ou média de consumo anterior.

Art. 2º – A cobrança de serviços públicos prestados por concessionárias indicadas no art. 1º se dará mediante medição de consumo.

Art. 3º – Os documentos de cobrança de serviços prestados por concessionárias indicadas no art. 1º serão acompanhados de comprovação de leitura do consumo e dos dados referentes ao início e ao fim do período cobrado.

Art. 4º – Fica permitida a cobrança de taxa mínima apenas para os consumidores enquadrados na tarifa social.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de agosto de 2021.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.855/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.002/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Barbacena o imóvel com área de 168.718m² (cento e sessenta e oito mil e setecentos e dezoito metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na BR-265, Bairro Grogotó, Barbacena – MG, no Município de Barbacena, e registrado sob o nº 36.576, a fls. 1 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barbacena – MG.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à revitalização do Parque de Exposições.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 05 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 2021.

Doorgal Andrada, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (Patri).

Justificação: Trata-se de imóvel que abriga o Parque de Exposições e encontra-se em mau estado de conservação. A doação possibilitará a revitalização deste importante equipamento sociocultural do município de Barbacena.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.003/2021

Institui a “Campanha Estadual de Prevenção e Conscientização da Síndrome ou Transtorno do Pânico” a serem realizados anualmente na segunda semana do mês de outubro, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída, no Estado de Minas Gerais, a “Campanha Estadual de Prevenção e Conscientização da Síndrome ou Transtorno do Pânico”, a ser realizada anualmente na segunda semana de outubro.

Parágrafo único – A semana ora instituída constará no calendário oficial de eventos do Estado.

Art. 2º – A semana referida será organizada pela Secretaria de Estado de Saúde e deverá conter atividades que incluam:

I – palestras ministradas por especialistas no assunto;

II – exposição de painéis;

III – dinâmicas de grupos;

IV – outras dinâmicas ministradas por profissionais reconhecidos e equipe multidisciplinar (psicólogos, psiquiatras, cardiologistas, neurologistas, sociólogos, assistentes sociais, terapeutas, advogados e outros);

V – informações sobre locais para orientação e tratamento de pacientes.

Art. 3º – As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de verbas próprias, suplementadas quando necessárias.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (DEM).

Justificação: O transtorno ou síndrome do pânico é um problema de saúde mental caracterizado por crises agudas de ansiedade, que geralmente ocorrem de forma recorrente e imprevisível, sem um motivo aparente. Esse tipo de transtorno de ansiedade traz diversas limitações para a vida da pessoa diagnosticada, tendo em vista o medo da ocorrência de um novo ataque de pânico.

Na modernidade, na era da informação, da velocidade, das novas exigências, da pressão contínua, especialmente aos quais somos submetidos, não apenas no trabalho como na vida social, um grande número de pessoas vêm sendo afetadas por esse terrível mal: a Síndrome do Pânico.

A ansiedade é considerada um transtorno psiquiátrico quando se torna inconveniente e desconfortável, aparecendo sem que haja alguma razão real para ativar esse alarme. Além disso, surge com intensidade, frequência e persistência desproporcionais. Assim, ela passa a ser prejudicial ao nosso funcionamento psíquico (mental) e somático (corporal).

Entre os principais sintomas do ataque de pânico, destacam-se falta de ar, agitação, sudorese intensa, tontura, formigamento, espasmos musculares, tremores, sensação de frio ou calor, batimentos cardíacos acelerados e medo de perder o controle, além da sensação de morte iminente. São manifestações físicas e psíquicas que reunidas formam o quadro sintomatológico da Síndrome do Pânico conforme reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As pessoas que têm esse tipo de transtorno costumam desenvolver agorafobia, um medo irracional de lugares ou de situações em que seria difícil escapar. O medo também pode ocorrer em situações nas quais não seria possível receber o auxílio de alguém em caso de ataque de pânico. Muitas vezes a síndrome incapacita o indivíduo de realizar atividades básicas do dia a dia, como trabalhar, estudar, limpar a casa ou realizar a higiene pessoal. As mais simples tarefas tornam-se barreiras intransponíveis. Esses fatores podem causar a reclusão social do paciente e o agravamento do quadro clínico.

Como consequência, a vida cotidiana das pessoas acometidas dessa síndrome vai se tornando restrita. As limitações vão se impondo e o resultado é uma dramática incapacidade de dirigir a própria vida.

Muitas pessoas perdem o emprego enquanto lutam contra esse mal. Percebem-se inundadas por um sentimento de total impotência e incompetência, cujos motivos, até então invisíveis, começam a ser percebidos no meio social a partir dos gradativos fracassos que se infiltram, perpassando todos os setores da vida. As restrições vão se impondo a tal ponto que o indivíduo pode vir a se encontrar enclausurado em sua própria casa (agorafobia), inteiramente dependente de terceiros.

Infelizmente um grande número de pessoas com a Síndrome do Pânico, devido à falta de informação e de acesso a tratamento adequado, buscam alívio no álcool e nas drogas.

Ao observar esses sinais, é possível avaliar a necessidade de internação ou conseguir tratamento com uma equipe especializada no diagnóstico.

As doenças mentais são consideradas o mal do século, entre elas a síndrome ou transtorno do pânico. Essa patologia atinge cerca de 4% da população mundial, algo em torno de 280 milhões de pessoas, segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde). Além disso, pessoas que sofrem com a doença, estão sujeitas a desenvolver outros transtornos como a depressão que afeta 5,8% da população brasileira e a ansiedade que afeta 9,3% da população.

Estima-se que entre 4 e 6 milhões de brasileiros sofram com o distúrbio. Nos Estados Unidos, onde foi realizado um número maior de pesquisas sobre o tema, os especialistas afirmam que 3,5% da população sofrem da síndrome e que 71% dos casos ocorrem em mulheres.

O objetivo deste projeto de lei é apresentar a situação de uma significativa parcela da população para a compreensão desta doença, do debate sobre o modo de vida das sociedades modernas e a luta para que os portadores desta síndrome possam conquistar a cura e consigam restabelecer o respeito por si mesmos.

Conto com o apoio dos nobres pares para aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.004/2021

Determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participem de medidas de conscientização.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica determinado que, nos crimes de maus tratos cometidos no âmbito do Estado de Minas Gerais, as despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão serão de responsabilidade do agressor, na forma do Código Civil.

§ 1º – O agressor ficará obrigado, inclusive, a ressarcir a Administração Pública Estadual de todos os custos relativos aos serviços públicos de saúde veterinária, prestados para o total tratamento do animal.

§ 2º – O ressarcimento de que trata este artigo não substitui as sanções aplicadas na Lei Federal nº 14.064/2020 (Lei Sansão).

Art. 2º – Em caso de sentença transitada em julgado reconhecendo a existência de agressão contra animal, no âmbito estadual, será ofertado ao agressor palestras de conscientização sobre o tema a serem ministrados por Organizações e Associações que tratam da temática.

§ 1º – As organizações e associações devem ofertar as palestras aludidas no caput de forma gratuita.

§ 2º – As organizações e associações deverão se inscrever em cadastro a ser feito pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad e divulgada no site.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (DEM).

Justificação: O presente projeto de lei visa assegurar o direito dos animais no Estado de Minas Gerais, além de servir como impulso à conscientização e mudança de comportamento do agressor.

Diversos veículos de comunicação noticiaram que no período de pandemia houve um aumento significativo no abandono e nas agressões aos animais, porém, tais atitudes são anteriores ao advento do Covid-19.

Assim, é necessário que o estado seja exemplo em garantir mudanças em prol dos animais. Trata-se de obrigatoriedade do agressor pagar, ao estado, gastos veterinários do animal agredido, bem como possibilitar que o mesmo seja encaminhado a palestras de conscientização se faz medida imperativa.

O Estado de Minas Gerais precisa dar esse grande passo.

Conto com a adesão dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Noraldino Júnior. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 90/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.005/2021

Cria o selo “Empresa Parceira da Mulher” no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o selo “Empresa Parceira da Mulher” no âmbito do Estado de Minas Gerais, a ser conferido às empresas que contribuem com ações e projetos em favor da valorização da mulher e que cumpram regularmente suas obrigações fiscais e responsabilidades sociais.

Art. 2º – Para recebimento do selo “Empresa Parceira da Mulher” caberá à empresa:

I – o desenvolvimento de programas de incentivo, auxílio, apoio e capacitação profissional à mulher;

II – a apresentação de carta de compromisso constando planejamento de ações, projetos e programas, convênios, parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas, associações que visem a qualificação profissional, a inclusão, o bem-estar e o desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho;

III – a divulgação das políticas e das campanhas adotadas no âmbito do Estado de Minas Gerais na defesa dos direitos das mulheres;

IV – a promoção de ações informativas e afirmativas sobre temas voltados à saúde da mulher, qualidade de vida, empreendedorismo e mercado de trabalho;

V – a manutenção do controle e incentivo do pré-natal das funcionárias gestantes;

VI – a manutenção de local e condições adequadas para uso das mulheres lactantes para amamentação ou coleta de leite materno;

VII – a promoção de campanhas, projetos, e programas de promoção e prevenção da saúde da mulher.

Parágrafo único – A comprovação dos requisitos necessários à habilitação das empresas ao selo “Empresa Parceira da Mulher”, deverá ser apresentada por meio de portfólio da empresa.

Art. 3º – O selo “Empresa Parceira da Mulher” será atribuído às empresas que cumprirem todas as responsabilidades, em todos os seus quesitos.

Art. 4º – A certificação do selo “Empresa Parceira da Mulher” será requerida anualmente, mediante a comprovação dos requisitos previstos no parágrafo único do artigo 2º.

Art. 5º – A certificação do selo “Empresa Parceira da Mulher” ocorrerá no mês de março, em data a ser definida anualmente, pelo Poder Executivo.

Art. 6º – O selo “Empresa Parceira da Mulher” terá validade de dois anos, podendo ser renovado por igual período, desde que sejam atendidos, no ato da renovação, os requisitos previstos nesta lei.

Art. 7º – A empresa certificada deverá usar o selo “Empresa Parceira da Mulher” em sua logomarca durante o período de certificação.

§ 1º – A comprovação do uso do selo conforme disposto no *caput* é condição para a sua renovação ou nova concessão.

§ 2º – A logomarca pode ser utilizada pela empresa em produtos e material publicitário.

Art. 8º – As empresas públicas e autarquias, as empresas e instituições contratadas pelo poder público, a qualquer título, e as beneficiadas por incentivos de qualquer natureza deverão atender ao disposto no artigo 2º desta lei.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (DEM).

Justificação: Cumpre contextualizar historicamente que atualmente, o Dia Internacional da Mulher comemora as conquistas de um século de reivindicações. O voto feminino é quase universal e as mulheres ocupam cargos antes exclusivos para homens, inclusive de lideranças políticas.

A violência doméstica, que antes era considerada um assunto familiar, hoje conta com legislação federal com o intuito de proteger a vida da mulher.

Apesar disso, as mulheres continuam em desigualdade em relação aos homens. Elas ganham menos fazendo o mesmo trabalho (até 17%, segundo dados de 2008), têm menos representatividade política (em média, 18,4% no Legislativo).

A Constituição Federal garante que “Todos são iguais perante a lei”. No entanto, deparamo-nos com realidades distantes daquela prevista pelo nosso constituinte. Prova disso é o tratamento dispensado às mulheres trabalhadoras, em que a discriminação ainda é notadamente patente.

Prerrogativas e direitos lhe foram assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dedica um capítulo inteiro de medidas protetivas ao trabalho feminino. A nossa própria Constituição Federal também assegurou salário idêntico ao dos homens, além de outras benesses conferidas em razão da maternidade.

No entanto, observa-se que várias medidas são ineficientes, uma vez que a própria sociedade desrespeita a legislação, sem enfocar a dupla jornada cumprida pelas mulheres, o trabalho fora e o dentro de casa.

É importante destacar também que as mulheres jovens são as que encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, apontou a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, no Brasil, a taxa de desocupação feminina, de todas as faixas etárias, era quase o dobro da taxa masculina, entre 2004 e 2014.

Considerando todos esses aspectos, é notório que as empresas que empreendam esforços em atuar desenvolvendo políticas de atenção à mulher em ações que a favoreçam, dando-lhes condições dignas de trabalho, têm a preferência do consumidor, vez que este reconhece tais ações como um gesto importante de cidadania.

Nesse sentido, buscando fortalecer aqueles que despertam iniciativas pela valorização da mulher e também incentivar que mais empresas adotem tais práticas, apresentamos a presente proposição e conclamamos os nobres pares à sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos da Mulher para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.006/2021

Institui Campanha de Divulgação dos Números de Disque Denúncia e site contra Maus-tratos aos Animais, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As clínicas e hospitais veterinários e as lojas de venda de produtos para animais (pet shop) deverão afixar placa em local visível aos consumidores, com os dizeres “Maus-tratos aos Animais é Crime, Ligue 181”, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Autoriza o Poder Executivo afixar placas em ambientes de uso coletivo de seus órgãos públicos e veiculação de propaganda em mídias de redes sociais, Jornal, Revista, TV e Rádio, com os dizeres subscritos no artigo 1º desta lei.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (DEM).

Justificação: Pretende-se ampliar os meios de divulgação do número 181 a fim de que a população do Estado de Minas Gerais, de um modo geral, colabore com a Campanha contra Maus-Tratos aos Animais.

Vale ressaltar que a legislação federal tipifica maus-tratos a animais como crime e tem incentivado a conscientização e prevenção. É uma forma de promoção de reflexão sobre a situação degradante de vida a que muitos animais são submetidos.

Desta forma, a campanha de divulgação dos números de disque denúncia 181 vem corroborar na prática da participação voluntária e no aprimoramento do exercício da cidadania em defesa dos animais.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Agostinho Patrus. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.639/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.007/2021

Altera a Lei nº 14.184, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 47 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, o seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“Art. 47 – (...).

§ 2º – O pedido de informação será respondido no prazo de até trinta dias contados do seu protocolo.”.

Art. 2º – O §3º do artigo 59 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59 – (...)

§ 3º – Os prazos expressos em dias serão computados em dias úteis”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Raul Belém, líder do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSC).

Justificação: Justificação: O presente projeto de lei pretende inserir na lei processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, o pedido de informação e estabelecer o prazo para a sua resposta, bem como adequar a contagem de prazo do processo administrativo em dias úteis conforme o novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2016, passou a prever em seu art. 219 que os prazos processuais passaram a ser contados em dias úteis, ou seja, ficam excluídos, portanto, os sábados, os domingos, os feriados e os dias em que não houver expediente na administração pública estadual, igualando assim a contagem de prazos do processo administrativo com a dos processos judiciais submetidos à legislação processual civil.

Por todo o exposto, rogamos aos nossos nobres pares à aprovação do projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Comissão de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.008/2021

Determina a veiculação de propagandas educativas contra a violência autoprovocada em eventos culturais e esportivos realizados no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Torna-se obrigatória em eventos esportivos, salas de cinema, teatros e afins que forem cobrados o ingresso, realizados no Estado de Minas Gerais, em ambiente aberto ou fechado, tanto público quanto privado, a veiculação de propagandas contra a violência autoprovocada, com menção ao Centro de Valorização da Vida – CVV (Disque 188), por meio de telões, sistemas de som e equipamentos similares disponíveis no evento.

§ 1º – A veiculação das propagandas que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada antes do início do evento e em eventuais intervalos, por um dos meios áudio visuais disponíveis ao evento.

§ 2º – A veiculação também deverá ser efetivada por cinemas e teatros antes de cada sessão, independente da capacidade de público.

§ 3º – A propaganda educativa será elaborada pelo Poder Público Estadual e disponibilizada a todos em seus sítios ou endereços eletrônicos.

§ 4º – Na ausência de propaganda oficial, os responsáveis pelos eventos poderão elaborar propaganda compatível ou utilizar-se de propagandas elaboradas por outras instituições e organização não governamentais que abordem exclusivamente a temática prevista nesta lei, sendo vedada qualquer mensagem ideológica ou partidária.

Art. 2º – Os ingressos para os eventos abrangidos por esta lei deverão trazer impresso mensagens, slogans ou símbolos contra a violência autoprovocada com indicação do número telefônico para denúncia.

Parágrafo único – Da mesma forma, tal mensagem deverá constar nos cartazes, painéis e outros impressos exibidos ou distribuídos antes ou durante os eventos, sempre na mesma proporção ou dimensão utilizada para os patrocinadores dos mesmos.

Art. 3º – O descumprimento das disposições da presente Lei implicará ao infrator multa equivalente a 30.000 (trinta mil) UFEMG para cada infração, aplicada em dobro em caso de reincidência, multa que deverá ser aplicada pelo Procon-MG ou órgão equivalente, devendo ser convertida para o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência Autoprovocada ou equivalente.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Charles Santos (Republicanos)

Justificação: É sabido que a violência contra a própria vida, tem sido um método lastimável utilizado por determinadas pessoas para fugirem de algum tipo de sofrimento, havendo uma incidência muito grande de óbitos entre jovens e adultos decorrentes dessa automutilação.

A pandemia também agravou a situação. As medidas públicas de isolamento e o distanciamento social aumentaram os problemas de depressão e do estado psicológico das pessoas.

Essa situação pode acarretar num colapso na saúde pública e privada.

Assim, torna-se indispensável que o Poder Público em parceria com a iniciativa privada promova campanhas em favor da vida, estimulando a divulgação do atendimento do Centro de Valorização da Vida – CVV como local de apoio.

Neste sentido, conto com o apoio dos nobres pares para a tramitação e aprovação do presente projeto de lei, que visa o cumprimento de importante missão socioeducativa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.009/2021

Dispõe sobre a inclusão do conteúdo “Agropecuária e Educação Sanitária” no plano curricular das escolas da rede pública e privada de ensino da educação básica e fundamental do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica integrado ao plano curricular das escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais o conteúdo “Agropecuária e Educação Sanitária”, com o objetivo de educar, sensibilizar e informar às crianças mineiras sobre a produção agropecuária, a defesa sanitária, e a segurança alimentar.

Art. 2º – Os conteúdos relacionados à “Agropecuária e Educação Sanitária” têm como finalidade:

I – valorizar as atividades agropecuárias, os saberes, as experiências, e o dia a dia dos povos do campo, demonstrando a importância da agropecuária para a sociedade e para o desenvolvimento do Estado;

II – fortalecer a agricultura familiar, valorizando a produção de alimentos locais e regionais, o incentivo à organização, cooperação e ao empreendedorismo local, cidadania e valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais;

III – promover, por via educativa, a saúde animal, sanidade vegetal, inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários e de seus derivados;

IV – compartilhar conceitos e informações sobre segurança alimentar, educação sanitária em defesa agropecuária e sustentabilidade;

V – contribuir para formar e despertar nas crianças a importância dos cuidados com os animais, o meio ambiente e a saúde humana, difundindo o conceito de Saúde Única;

VI – disseminar a importância das boas práticas agropecuárias, da fiscalização e da inspeção e certificação sanitárias, de modo a influenciar na mudança de atitudes e comportamentos de toda a comunidade onde as crianças vivem;

VII – desenvolver e implementar projetos educativo-sanitários em defesa agropecuária, para estímulo ao desenvolvimento do sentido de responsabilidade individual e coletiva dos estudantes, quanto à necessidade e benefícios decorrentes da manutenção de padrões elevados de sanidade, inocuidade e qualidade dos produtos e serviços ligados à agropecuária;

VIII – difundir informações sobre as diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias;

IX – sensibilizar e preparar os educandos para torná-los cidadãos comprometidos com o bem-estar, a saúde e o desenvolvimento da comunidade em geral.

Art. 3º – Compete à comissão programática de conteúdo de Agropecuária e Educação Sanitária a indicação do conteúdo curricular “Agropecuária e Educação Sanitária” a ser ministrado no plano de atividades para os educandos do Estado.

Parágrafo único – A comissão programática de conteúdo de Agropecuária e Educação Sanitária será constituída por representantes dos seguintes órgãos:

I – Secretaria de Estado de Educação – SEE;

II – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa;

III – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater;

IV – Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA;

V – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig;

VI – Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta lei estabelecendo as normas necessárias ao seu cumprimento.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Coronel Henrique (PSL)

Justificação: O processo educativo do ensino básico e fundamental desenvolve-se através de aspectos culturais, sociais e de conteúdos com o objetivo de capacitar os estudantes a compreender o ambiente social em que estão inseridos e as suas nuances, de modo a contribuir não só com sua formação acadêmica, mas também com a sua formação como cidadão, responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade e região. Desta feita, a inclusão de conteúdos relacionados à agropecuária e defesa sanitária são de fundamental importância, especialmente no contexto de nosso Estado, que tem na agropecuária relevante papel no processo de desenvolvimento econômico e social dos mineiros.

Os conteúdos propostos pelo presente projeto de lei permitirão a conscientização das crianças e adolescentes a respeito da inter-relação entre a saúde humana, animal e o meio ambiente, além de apresentar noções das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias, aliada à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental e à importância da sanidade animal e vegetal para a qualidade de vida da população e para a promoção da saúde pública.

O ensino da educação sanitária agropecuária tem como objetivo estimular a mudança de hábitos e desenvolver o sentido da responsabilidade coletiva e individual, e disseminar o conceito de Saúde Única e segurança alimentar, bem como de valorizar as atividades agropecuárias do Estado, beneficiando assim toda a comunidade escolar.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Coronel Henrique. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.695/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.010/2021

Declara a Cavalgada Patrimônio Histórico Cultural Imaterial Do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada a Cavalgada Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Fica reconhecido o dia 12 de outubro, o dia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, protetora do povo sertanejo/peões/amazonas/cavaleiros, como dia Estadual Da Cavalgada, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de agosto de 2021.

Douglas Melo, vice-presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (MDB).

Justificação: Na Estrada Real foi onde começou as cavalgadas no território brasileiro. Utilizando cavalos, mulas e burros para locomoção dos famosos tropeiros e como animais cargueiros. Estes saíam carregados das localidades que mais mineravam as preciosidades, como Ouro Preto e Diamantina, com destino à Paraty-SP e Rio de Janeiro-RJ. Desta forma as peregrinações das comitivas com equinos e muares faz parte não somente da história cultural do Estado de Minas Gerais, bem como de todo o Brasil.

As cavalgadas são manifestações culturais em forma de passeio, motivada por questões religiosas, cívico, ecológicas e esportivas. Elas ocorrem a título de competições, diversão, busca pelo prazer, contato com a natureza e a mais importante, visa a preservação da natureza e seus recursos naturais.

A paixão pela cavalgada ultrapassa gerações, reunindo famílias, amigos e admiradores da atividade e dos animais. Além do treinamento do animal, há ainda alguns cuidados que são tomados para a execução de uma boa cavalgada, como a preparação antecipada para que os animais tenham uma adequada condição física para enfrentar o passeio.

Para a garantia do bem-estar animal, os cavaleiros prestam atenção especial com a alimentação e a aplicação de ferraduras e casqueamento visando a prevenção de lesões e rachaduras em seus cascos, que podem atrapalhar o desempenho do animal.

Vários grupos de cavaleiros e amazonas mineiros encontraram na cavalgada uma oportunidade de repassar aos mais jovens sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e seus recursos naturais. Durante os passeios, os participantes e integrantes dos grupos, todas as faixas etárias, recolhem o lixo encontrado no percurso, e alguns grupos ainda promovem o plantio de árvores em algumas localidades.

Outrossim a escolha do dia 12 de outubro para ser celebrado o Dia da Cavalgada no Estado de Minas Gerais, está ligado ao fato da referida data ser o dia da santa protetora do povo sertanejo, dos cavaleiros, das amazonas e dos peões, a Nossa Senhora da Conceição Aparecida que tem a devoção destes.

Vale ressaltar que esta atividade desempenha ainda um importante papel no comércio local de onde são realizadas, gerando empregos e renda à muitas famílias e consequentemente fomentando a economia daquelas localidades.

Salienta ainda que a EC nº 96 de 2017, é objetivo ao acrescentar o parágrafo 7º no art. 225 da Constituição Federal: § 7º – “Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos”.

Esta cultura está eternizada em todo território do estado mineiro, no qual em maioria de seus municípios existem adeptos apaixonados pela cavalgada, tornando importante a validação do título de Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais.

Desta forma, apresenta o presente projeto de lei em que visa instituir o dia 12 de outubro como Dia da Cavalgada no Estado de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.011/2021

Institui o Dia Estadual da Escuta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual da Escuta, a ser comemorado anualmente em 6 de dezembro.

Art. 2º – O Dia Estadual da Escuta tem como objetivo:

- I – promover a divulgação de doenças como a depressão;
- II – conscientizar a população das causas e dos efeitos decorrentes de processos depressivos;
- III – estimular debates, promovidos pelo Estado, que incluam a matéria objeto desta lei.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente (PT).

Justificação: Os transtornos depressivos constituem um conjunto complexo de doenças psiquiátricas. Seu amplo espectro ultrapassa em muito a intuição ordinária: a característica comum desses transtornos é a presença de humor triste, vazio ou irritável, acompanhado de alterações somáticas e cognitivas que afetam significativamente as capacidades funcionais do indivíduo (DSM-V, p.199). Trata-se, em verdade, de uma enfermidade incapacitante, penosa e cercada por tabus que dificultam a sua abordagem em quaisquer frentes. A imagem clássica do paciente triste não é suficiente para que se lide com uma patologia que, em 2015, já afetava 322 milhões de indivíduos ao redor do globo, equivalendo à época a uma taxa de 4,4% (G1, 2017).

Não bastasse o quadro estarrecedor, tais dados remontam a pesquisas publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2015, que apontavam uma infeliz tendência crescente. Mencione-se, inclusive, que o Brasil liderava o número de casos na América Latina, ocupando o quinto lugar mundial, com 11,5 milhões de casos. Enquanto a média global era de 4,4%, a brasileira atingia 5,8% (O Globo, 2017). O que os pesquisadores não podiam prever era o advento da pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2: é que no novo quadro, os casos de depressão dobraram (O Estado de Minas, 2020). Ainda é preciso notar que as Regiões Sul e Sudeste apresentam índices de diagnósticos depressivos muito superiores ao restante do país, e Minas Gerais é o Estado da Região Sudeste que apresenta o maior número de casos: o índice mineiro era, em 2013, já de 11,1%. Diga-se, então, que, ainda em 2013, 2,3 milhões mineiros já haviam sido diagnosticados com depressão. Em 2019 (Hoje em Dia, 2019), Minas Gerais já registrava 60 tentativas de suicídio por dia, mantendo, anos a fio, a sinistra tendência.

Não se olvide que essas pesquisas ainda estimaram que a doença consumia anualmente 1 trilhão de dólares dos recursos da economia mundial, sendo o prejuízo brasileiro à época estimado em cerca de 63,3 bilhões de dólares pela London School of Economics (O Tempo, 2017). Já em 2018, estimou a OMS que até 2020 a depressão se tornaria a doença mais incapacitante do mundo, apontando como um dos principais obstáculos à reabilitação do depressivo precisamente a falta de compreensão generalizada acerca do que seja o transtorno, bem como a necessidade de acolhimento familiar e por parte dos seus pares profissionais (G1, 2018). Ora, em verdade não se entende alguém antes que se compreenda a sua situação. Mais difícil é fazê-lo quando uma carga ineludível de preconceções já ronda a depressão. Apenas o debate aberto, informado e humanizado pode vencer esses obstáculos e oferecer alguma saída ao quadro aterrador traçado pela OMS.

E há quem tente, na sociedade civil, contra toda a resistência do pano de fundo do silêncio compartilhado, mudar esse quadro. Promovidos por entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, os conselheiros solidários intervêm de forma totalmente gratuita com atuação diária e preventiva. Cite-se a ONG “Alô Vida”, criada em 6/12/2004, que expressa a homenagem à data celebrada, pelo apoio e pela dedicação no atendimento e na prestação de serviços às pessoas que tanto necessitam de suporte nesses momentos críticos. De acordo com dados do Grupo de Apoio e Prevenção do Suicídio, em média, 12 mil atendimentos são realizados anualmente pela ONG, que atualmente conta com o trabalho de cerca de 30 voluntários.

Assim, tendo em vista os dados apresentados, expõe-se o trabalho realizado pelos grupos de escuta. Estes, habilitados a compreender a situação dos depressivos e compreendendo a especificidade da doença, bem como a necessidade da especial atenção que requerem, colocam-se a inteiro e diligente dispor para ouvi-los e aconselhá-los.

Pelo exposto, peço aos nobres pares a aprovação deste importante projeto.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.013/2021

Declara de utilidade pública a Associação Casa Up, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa Up, com sede no Município de Carmópolis de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Léo Portela, presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PL).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.014/2021

Declara de utilidade pública o Comitê Comunitário de Ação Social do Bairro da Ilha, com sede no Município de Maria da Fé .

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Comitê Comunitário de Ação Social do Bairro da Ilha, com sede no Município de Maria da Fé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Braulio Braz (PTB)

Justificação: O Comitê Comunitário de Ação Social do Bairro Ilha, com sede no município de Maria da Fé, tem por finalidade, zelar pelos direitos de seus associados, defender e acatar a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Maria da Fé.

O CCASI proporciona e contribui para o desenvolvimento humano dos integrantes do Grupo, promovendo a união e a autoestima dos membros além de congregar e motivar organização em defesa de seus direitos fundamentais junto aos órgãos constituídos, Públicos e Privados.

Assim, em conformidade com a legislação vigente e aplicável à espécie, solicito que o projeto seja recebido e submetido à apreciação dos nobres pares e, ao final, aprovado em tramitação regular.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.015/2021

Altera a Lei nº 23.869, de 4 de agosto de 2021.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica alterada a expressão “integrantes dos órgãos estaduais de segurança pública” para “integrantes dos órgãos de segurança pública”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Charles Santos (Republicanos)

Justificação: No Estado de Minas Gerais existem, aproximadamente, três mil servidores federais de segurança pública.

Com intuito de equalizar o tratamento dispensado às forças de segurança apresentamos este projeto.

Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Coronel Henrique. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.993/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.016/2021

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio a Pais e Autistas de Araxá, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio a Pais e Autistas de Araxá, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Bosco (Avante)

Justificação: A Associação de Apoio a Pais e Autistas de Araxá (A&+) é uma entidade filantrópica que fornece, há quase dois anos, apoio e auxílio a mais de cem famílias com membros portadores do Transtorno do Espectro Autista (TEA). De maneira ímpar, a associação tem trabalhado duro para promover a instrução dos familiares, profissionais e da sociedade em geral – através de reuniões de grupo, palestras, eventos online, etc. – quanto aos cuidados e às necessidades das pessoas portadoras de TEA. Nesse sentido, não só frequentemente convida diversos profissionais, de forma a proporcionar um ensino e um acompanhamento multidisciplinar, como conta ainda com uma página na rede social “Instagram” (@aormaisautismo) com dezenas de publicações extremamente informativas e de fácil acesso para a população.

Outrossim, cumpre notar que a entidade em comento também promove assistência pedagógica a crianças e adolescentes autistas. Atividade esta essencial durante a pandemia decorrente do vírus Sars-Cov-2, porquanto a modalidade de ensino online dificulta em grande medida o devido acompanhamento por parte dos portadores de TEA. Para além, e com efeito, a A&+ fornece às crianças, através do trabalho voluntário de profissionais, atendimento nas áreas de Psicopedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia, dentre várias outras – tudo sob uma perspectiva essencialmente inclusiva.

Destarte, haja vista as grandes contribuições da Associação de Apoio a Pais e Autistas de Araxá para a saúde e educação da população mineira; e em que pese o fato de não haver quaisquer formas de remuneração dos seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, e benfeitores, nos termos do art. 51 do seu estatuto constitutivo, julgo essencial que seja declarada como de utilidade pública para o Estado de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.017/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Serra do Salitre o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Serra do Salitre o imóvel com área de 2.899,34m² (dois mil e oitocentos e noventa e nove metros quadrados e trinta e quatro centésimos), e respectivas benfeitorias, situado entre a Avenida

João Mariano, Rua João Henrique, Rua São José e Rua José Clara, no Município de Serra do Salitre, e registrado sob o nº 19.300, a fls. 121 do Livro 3-Z, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à construção do Centro Administrativo de Serra do Salitre, contendo as Secretarias Municipais e/ou uma Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 4 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de agosto de 2021.

Bosco (Avante)

Justificação: O imóvel em comento, de propriedade do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG – possui uma área total de 8.163,62 m², dos quais 5.264,28 m² foram utilizados para a construção da Escola Estadual de Serra do Salitre. Com efeito, a área requerida, correspondente a 2.899,34 m², está em desuso há mais de trinta anos, não gerando qualquer benefício para a população do município mineiro.

Em contrapartida, a Prefeitura Municipal de Serra do Salitre pretende utilizar o imóvel para a construção do Centro Administrativo de Serra do Salitre, contendo as Secretarias Municipais e/ou uma Unidade Básica de Saúde. Nesse sentido, com a doação, será possível o desmembramento da área em novo registro de matrícula perante o Registro de Imóveis de Patrocínio/MG. Portanto, em que pese a atual falta de destinação do imóvel em comparação com os benefícios à população serralitrense advindos da proposição feita pela prefeitura, encontra-se devidamente justificada a supracitada doação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bosco. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 948/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.018/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais o imóvel com área de 7,7261ha (sete hectares e sete mil e duzentos e sessenta e um metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Fazenda Pintos, no Município de Muriaé, e registrado sob o nº 15.051, a fls. 86 do Livro 2-N, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à implementação da sede do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Campus Muriaé.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Braulio Braz (PTB)

Justificação: Com parte da doação do imóvel já realizada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG – Campus Muriaé, pelo Estado de Minas Gerais, pleiteamos a transferência do restante do terreno para expandir e finalizar as instalações do Instituto, para dar continuidade aos trabalhos já realizados no local e continuar oferecendo maiores oportunidades e benefícios a população da região.

O Instituto busca além da integração entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, respeitando as particularidades sociais, culturais, ambientais das populações do entorno, buscando ao mesmo tempo satisfazer seus anseios, aspirações e expectativas em relação a um órgão público, fundamentando o trabalho do Instituto, na dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, busca a expansão de atividades com vistas ao desenvolvimento humano e econômico do meio rural, tais como a criação de novos Cursos Técnicos de nível médio; verticalização do ensino com a implantação de novos cursos superiores; implantação de pós-graduação; edificação de novos prédios para salas de aula, laboratórios e salas administrativas e também a construção de um ginásio poliesportivo.

Assim, demonstrando o interesse público e a conformidade com a legislação vigente e aplicável à espécie, solicitamos que o projeto seja recebido e submetido à apreciação dos nobres pares e ao final, aprovado, em tramitação regular.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Comissão de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.019/2021

Proíbe os profissionais de saúde e as operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde de exigir o consentimento de cônjuge, familiar ou companheiro(a) para realizar ou autorizar os procedimentos de inserção dos métodos contraceptivos no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei objetiva garantir a autonomia e assegurar o acesso à saúde e à liberdade reprodutiva e sexual das mulheres, bem como de homens trans e das pessoas não-binárias, agênero, e demais indivíduos que possam fazer uso de métodos contraceptivos no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – É vedada aos profissionais de saúde, bem como às operadoras de planos de assistência ou seguro à saúde, a exigência do consentimento de cônjuge, familiar ou companheiro(a) para realizar ou autorizar a realização de procedimentos contraceptivos, tais como: inserção de dispositivo intrauterino (DIU), implante contraceptivo, injeção anticoncepcional, dentre outros, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Consideram-se abusivas as exigências descritas no caput deste artigo, sob pena de colocar em risco a saúde física e psíquica da mulher.

Art. 3º – O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, nos termos dos arts. 56 e 57, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria do Procon/MG e revertida para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor (FEDDC).

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Andréia de Jesus (Psol)

Justificação: Segundo disposição da Constituição Federal em seu Art. 24 – “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (...) XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;”, de modo que “§ 2º – A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados”, e “§ 3º – Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades”.

Nesse sentido, ausente legislação geral acerca de métodos contraceptivos e visando proteger a autonomia da mulher e da consumidora (incluídas também outras pessoas portadoras de aparato reprodutivo feminino como homens trans e pessoas não-binárias ou agênero), cabe ao Estado de Minas Gerais, à luz da igualdade constitucional entre homens e mulheres, versar sobre a referida proibição. Ressalta-se a diferença entre método contraceptivo e método de esterilização, sendo este último definitivo, permanente, e sobre o qual já há disposição em Lei Federal (Lei nº 9.263/92).

É dever do Estado, conforme a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 93, de 14 de novembro de 1983, e promulgada pelo Decreto nº 89.406, de 1º de fevereiro de 1984) não apenas consagrar o princípio da igualdade do homem e da mulher, mas também assegurar por lei outros meios apropriados a realização prática desse princípio. E para tal devem ser adotadas “todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher”, abrangidas, aqui, as discriminações na esfera dos cuidados médicos “a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, inclusive os referentes ao planejamento familiar” (vide art. 12 da Convenção). Essa determinação também corrobora os princípios adotados pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, promulgada pelo Decreto nº 1.973/1996.

O livre acesso a métodos contraceptivos é parte essencial da garantia do planejamento familiar, considerado pela Lei nº 9.263/92 como “parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde”, e que deve ser orientado por “ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade”.

Resta claro, desta forma, o dever do legislador em todas as esferas de atuar ativamente para a garantia dos princípios constitucionais e dos direitos humanos para as mulheres, em consonância com o entendimento da Suprema Corte conforme exposto na Cartilha de Proteção da Mulher: Jurisprudência do STF e Bibliografia Temática: “(...) uma efetiva igualdade substantiva de proteção jurídica da mulher contra a violência baseada em gênero exige atuação positiva do legislador, superando qualquer concepção meramente formal de igualdade, de modo a eliminar os obstáculos, sejam físicos, econômicos, sociais ou culturais, que impedem a sua concretização. Quando o ponto de partida é uma situação indesejável de desigualdade de fato, o fim desejado da igualdade jurídica (art. 5º, *caput* e I, da CF), materialmente, somente é alcançado ao se conferir aos desiguais tratamento desigual na medida da sua desigualdade” [ADC 19, rel. min. Marco Aurélio, voto da min. Rosa Weber, j. 9-2-2012, P, DJE de 29-4-2014].

A desigualdade de gênero persiste, e por isso se justifica a criação da presente lei numa conjuntura em que planos de saúde de Minas Gerais têm exigido consentimento de maridos para realização do procedimento de inserção de DIU (dispositivo intrauterino), um método contraceptivo, em mulheres casadas, refletindo o machismo que vigora no estado. É urgente uma manifestação do poder legislativo mineiro para combater ativamente a discriminação contra a mulher, em respeito às garantias fundamentais da Constituição da República.

Assim, com o intuito de fomentar a discussão e a conscientização acerca desse importante tema, apresentamos o presente projeto de lei, para cuja aprovação contamos com o apoio de nossos Nobres Pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.021/2021

Declara de utilidade pública a Associação Trabalho Arte e Vida da Zona da Mata, com sede no Município de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Trabalho Arte e Vida da Zona da Mata, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Braulio Braz (PTB)

Justificação: A instituição Trabalho Arte e Vida da Zona da Mata é uma associação filantrópica, sem fins lucrativos, de caráter assistencial e social, com duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade apoiar, gerir e desenvolver ações assistenciais e sociais, nas áreas de saúde e saneamento, segurança pública, educação, arte e esporte, meio ambiente, comunicação, cultura e veterinária, de modo igual, com atenção ao desenvolvimento econômico local.

A associação, procura desenvolver suas ações em saúde, mediante aos pressupostos do Sistema Único de Saúde, proporcionando atenção integral a saúde dos indivíduos e da comunidade, com ações de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde. Procura também, promover a cultura de paz e viabilizar a inclusão social, fortalecendo e garantindo o acesso aos direitos da cidadania e saúde universal, através de pesquisas, campanhas, eventos projetos e programas, publicações, seminários, conferência e congressos. Tem por objetivo também, integrar as Instituições de educação e ensino, em seus diferentes níveis, inclusive Universidades e Empresas nacionais, de modo a construir colaboração, contratos, convênios ou outros meios a execução de programas e atividade de formação e aperfeiçoamento de estágios. Além disto, procura desenvolver serviços integrados de educação e intervenção veterinária, bem como realização de seminário técnico científico, visando controle a médio e longo prazo da população canina e felina doméstica nas comunidades inseridas das unidades de conservação. Pretende promover, gerir e executar, nos diferentes níveis da educação, ensino e capacitação, por meio de métodos presenciais e a distância, preferencialmente a população com perfil sócio econômico de vulnerabilidade e risco social. Desenvolver empreendimentos geradores de emprego de renda para a população, através de estímulos e orientações para que cada membro desenvolva seus próprios negócios e assim integrar a melhoria da qualidade de vida da comunidade. A entidade, procura também atuar na prática de participação, formação e de rendimento, tanto de modo profissional, como não profissional, através das Academias Esportivas.

A instituição Trabalho Arte e Vida da Zona da Mata, preenche os requisitos legais para a declaração de utilidade pública, uma vez que está em funcionamento há mais de um ano, os cargos de sua direção não são remunerados e seus diretores são pessoas idôneas, conforme atestado apresentado, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desse projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.022/2021

Declara de utilidade pública o Grupo de Artesãos de Belisário, com sede no Município de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Grupo de Artesãos de Belisário, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de agosto de 2021.

Braulio Braz (PTB)

Justificação: O Grupo de Artesões de Belisário-GAB, é uma entidade, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, que tem como objetivo a capacitação de pessoas para atividades rurais, comerciais e domésticas, promover e desenvolver a arte, a educação e os esportes como instrumentos de humanização e socialização da comunidade urbana e rural.

Para cumprir as suas finalidades, o GAB buscará a capacitação de pessoas através de cursos para as atividades rurais, produção de alimentos, decoração, vestuário e outros que irá contribuir para o aumento da qualidade de vida das famílias urbanas e do meio rural, orientando-os na organização e no aprimoramento de sistemas de produção, para que os mesmos sejam sustentáveis e gerem aumento da renda familiar, promovendo a consciência e preservação do rico bioma da região onde o distrito está inserido. Buscará também difundir, promover e desenvolver a arte, por meio de cursos, treinamentos, promoção de eventos e concursos de valorização da cultura. O GAB também manterá a sua missão de proteção ao Meio Ambiente em que se encontra inserido, e a valorização de ações que tenham como objetivo e incentivo ao turismo na região, como exploração sadia de suas cachoeiras, trilhas, caminhadas, recepção de turista, dentre outras.

Sendo meritório o seu trabalho e de relevância social, contamos com a anuência dos nobres pares à aprovação do projeto que pretende outorgar-lhe o título de utilidade pública.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.954/2021, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com Pâmela de Jesus Almeida Assis, aluna da Escola Estadual Princesa Isabel – Cívico-Militar –, pela conquista do 1º lugar, pela Região Sudeste, na 1ª edição do Concurso de Redação sobre Defesa Nacional e Educação – CRDN – Prêmio Olavo Bilac, promovido pelo Ministério da Defesa em parceria com o Ministério da Educação e destinado a alunos matriculados no terceiro ano do ensino médio das escolas cívico-militares – Ecim – de todo o País. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.956/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja viabilizado auxílio emergencial aos produtores da agricultura familiar, em razão das perdas em lavouras de café e outras culturas ocasionadas pelas geadas, sobretudo no Sul de Minas, ocorridas no ano de 2021. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 8.957/2021, do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pela importante campanha “Um computador doado = um aluno conectado”, realizada para arrecadar e doar equipamentos de informática a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de viabilizar o acesso às aulas remotas durante a pandemia e reduzir a evasão nos cursos presenciais da universidade. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.958/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao Sr. Allender Barreto Lima da Silva, promotor de justiça, pela acertada e firme atuação à frente da Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação – Ccrad –, vinculada ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário – CAO-DH –, do Ministério Público do Estado.

Nº 8.959/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Luanara Marysol Seraine Rodrigues, pela relevante atuação como educadora no Município de Patrocínio e pela defesa dos servidores públicos, da saúde, da vida e da democracia.

Nº 8.960/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Jairo Pires, o Sgt. PM Waldemir Aparecido de Oliveira e o Cb. PM Gonçalves, que fazem parte das Rondas Ostensivas com Cães – Rocca – em Montes Claros, que atenderam ao pedido da mãe de um menino de 6 anos que sonha em ser policial militar e participaram do seu aniversário, que teve a polícia como tema, em 12/8/2020. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.961/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc – pelas investigações que culminaram na prisão de dois homens no Bairro Xangrilá, em Contagem, e na apreensão de drogas, uma balança, uma máquina de armazenamento a vácuo e três veículos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.962/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o cronograma de obras do trecho rodoviário previsto no Programa de Recuperação e Manutenção da Malha Viária – Projeto de Recuperação de Rodovias: Pavimentação da MG-238 de Sete Lagoas a Araçá. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.963/2021, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o cronograma de obras do trecho rodoviário previsto no Programa de Recuperação e Manutenção da Malha Viária – Projeto de Recuperação de Rodovias: Recuperação Funcional da MG-040 de Crucilândia a Itaguara. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.964/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a imediata adequação estrutural da Escola Estadual Professor Antônio Fernandes Pinto, no Município de Rio Piracicaba, tendo em vista a existência de problemas técnicos e estruturais nessa escola, considerando-se as notificações do Corpo de Bombeiros Militar sobre a segurança da sua estrutura e o laudo da Defesa Civil que interditou parcialmente a escola, bem como o iminente retorno da rede estadual às atividades de ensino presenciais. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.965/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte pedido de providências para a expansão da campanha de vacinação contra a covid-19 às demais faixas etárias do público-alvo de vacinação, com o uso das doses armazenadas para reforço. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.967/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao defensor público-geral do Estado pedido de informações acerca do número de atendimentos realizados pelo Núcleo de Defesa da Mulher – Nudem – às moradoras da comunidade do Aglomerado da Serra no período de 2019 a 2020, com recorte de raça. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.968/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a implantação, em parceria com unidades públicas, como as do Sistema S, a exemplo do Sesc Sete Lagoas, de uma equipe multidisciplinar para atendimento às mulheres vítimas de violência, composta por agentes de saúde e de segurança pública, de psicólogos, assistentes sociais, empreendedores sociais e profissionais de outras áreas para capacitação e inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, na cidade de Sete Lagoas e região.

Nº 8.969/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a disponibilidade de imóveis de posse do Estado, com objetivo de doação ou cessão de espaço para a implantação de casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência, na cidade de Sete Lagoas, medida que se faz necessária diante do aumento significativo de casos de violência contra as mulheres, especialmente neste período de pandemia, e da falta de políticas públicas de acolhimento destinadas a esse grupo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.970/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação, em parceria com a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, de casa de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Nº 8.971/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número consolidado, mês a mês, de casos de violência contra mulheres, na cidade de Sete Lagoas, que devem ser tipificados, e sobre quais medidas estão sendo adotadas para coibir essa prática cotidiana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.972/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do planejamento de ações, com apresentação do respectivo cronograma, para responder à demanda de inclusão digital, que se tornou ainda mais urgente devido ao isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, bem como sobre a existência de planos e ações para enfrentar o analfabetismo no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.973/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os critérios de sustentabilidade social e ambiental para execução do projeto anunciado como rodoanel, bem como sobre os documentos onde estão formalizados tais critérios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.974/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas em todas as atas de reuniões realizadas com entidades da sociedade civil, entidades ambientais, entidades de moradores; com quaisquer afetados pelo projeto de implantação e operação do rodoanel; com entidades do setor empresarial relacionadas com atividades industriais, de mineração, de construção civil e imobiliárias; e, além das atas das reuniões, correspondências técnicas trocadas com representantes do Dnit, da Semad, da Agência RMBH e com municípios da região metropolitana. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.976/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para a abertura de editais de credenciamento para laboratório de análise clínica, de radiologia e de fisioterapia para o Município de Santa Vitória, visto que os servidores que necessitam da prestação desses serviços precisam se deslocar até Ituiutaba para serem atendidos.

Nº 8.977/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária municipal de Educação de Belo Horizonte pedido de informações acerca do planejamento de ações, com apresentação do respectivo cronograma, para responder à demanda de inclusão digital, que se tornou ainda mais urgente devido ao isolamento social decorrente da pandemia de covid-19. (– À Comissão de Educação.)

Nº 8.978/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Mauro Aranha pela publicação do livro *Brasil Tumbeiro*, em 2021, e pelo reconhecimento de seu trabalho contra o racismo no Brasil pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 8.979/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação *Black Time*, que resultou na prisão de 13 indivíduos no decorrer dos trabalhos investigativos, que duraram mais de dois meses, e na apreensão de drogas e veículo, contribuindo para o desmantelamento dessa organização criminosa e a prevenção de diversos crimes. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.980/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais rodoviários federais pela apreensão de cerca de cinco toneladas de substância análoga a maconha, num posto de combustível, na BR-364, em Frutal, no Triângulo Mineiro. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.981/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na prisão de um indivíduo, que estava preparando e guardando drogas ilícitas em seu domicílio, e na apreensão

de microtubos contendo substâncias semelhantes a cocaína e a maconha, buchas de substâncias semelhantes a maconha, barras de substâncias semelhantes a cocaína e a haxixe, três balanças de precisão, quantia em dinheiro, armas e um adaptador para arma de fogo Kit Ronin. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.984/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para manutenção e fortalecimento da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab –, tendo em vista a grande importância dessa companhia na política habitacional de acesso à moradia para a população de baixa renda dos municípios mineiros.

Nº 8.985/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Controle Externo da Atividade Policial do Estado de Minas Gerais, à Ouvidoria da Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para apuração e adoção das medidas necessárias no que diz respeito ao assassinato de Jefferson Guilherme da Costa Santos, de 20 anos, morto a tiros durante abordagem policial no dia 28 de julho de 2021, no Bairro Veneza, em Ribeirão das Neves.

Nº 8.986/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que seja fortalecida a distribuição das vacinas contra covid-19 para a cidade de Uberlândia e para que os imunizantes sejam encaminhados respeitando-se o contingente populacional dos municípios mineiros. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.987/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos da ausência de previsão de escolha de carreiras para os servidores administrativos do Detran-MG no Projeto de Lei nº 2.924/2021, que trata da transição administrativa no órgão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.988/2021, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de municipalização, no todo ou em parte, de escolas estaduais localizadas no Município de Padre Carvalho. (– À Mesa da Assembleia.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 1.065/2021, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja o Projeto de Lei nº 2.765/2021, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 1.150/2015, da deputada Ione Pinheiro, por não guardarem semelhança entre si.

Nº 1.070/2021, do deputado Coronel Sandro e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para comemorar o Dia do Policial Militar Feminino, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de setembro.

Nº 1.078/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Sr. Vagner Carvalho Rocha, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Segurança Pública, de Fiscalização Financeira, de Educação e de Saúde.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.000/2021, do deputado Cleitinho Azevedo, ao Projeto de Lei nº 1.248/2019, do deputado Inácio Franco, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 18 de agosto de 2021.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 8.958, 8.959, 8.984 e 8.985/2021, da

Comissão de Direitos Humanos, 8.968 e 8.970/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, e 8.976/2021, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Direitos Humanos – aprovação, na 16ª Reunião Extraordinária, em 12/8/2021, do Requerimento nº 8.819/2021, do deputado Celinho Sintrocet;

de Segurança Pública – aprovação, na 21ª Reunião Extraordinária, em 17/8/2021, dos Requerimentos nºs 8.817, 8.823, 8.224, 8.835, 8.843 e 8.844/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 8.825/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, e 8.826/2021, da deputada Delegada Sheila;

de Fiscalização Financeira – aprovação, na 20ª Reunião Extraordinária, em 17/8/2021, dos Requerimentos nºs 8.240/2021, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 8.446/2021, da Comissão de Segurança Pública, 8.521/2021, dos deputados Cleitinho Azevedo e Bartô, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Duarte Bechir e Elismar Prado, das deputadas Ione Pinheiro e Leninha e do deputado Rafael Martins, 8.668/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., 8.923 e 8.924/2021, da Comissão de Participação Popular;

de Educação – aprovação, na 17ª Reunião Extraordinária, em 18/8/2021, do Projeto de Lei nº 1.107/2019, do deputado Zé Reis, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 153/2019, da deputada Ione Pinheiro, 4.033 e 4.038/2019, da Comissão de Participação Popular, 8.363/2021, do deputado Duarte Bechir, 8.369/2021, da Comissão de Direitos Humanos, e 8.643/2021, da deputada Ana Paula Siqueira; e

de Saúde – aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 18/8/2021, dos Projetos de Lei nºs 2.725/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a Emenda nº 1 da Comissão de Justiça, e 2.739/2021, do deputado Cássio Soares, com a Emenda nº 1 da Comissão de Justiça, e dos Requerimentos nºs 8.669/2021, do deputado Mauro Tramonte, 8.678/2021, da Comissão de Direitos Humanos, 8.685/2021, do deputado Ulysses Gomes, 8.821/2021, do deputado Professor Cleiton, 8.881/2021, do deputado André Quintão, com a Emenda nº 1, e 8.888/2021, do deputado Duarte Bechir (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XIII do art. 232, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 1.065/2021, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.765/2021, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 1.150/2015, da deputada Ione Pinheiro, por não guardarem semelhança entre si; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, cada um por sua vez, o Requerimento Ordinário nº 1.070/2021, do deputado Coronel Sandro e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Dia do Policial Militar Feminino, e o Requerimento Ordinário nº 1.078/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Sr. Vagner Carvalho Rocha pela concessão do título de cidadão honorário de Minas Gerais.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista a desanexação do Projeto de Lei nº 2.765/2021, do deputado Cristiano Silveira, do Projeto de Lei nº 1.150/2015, da deputada Ione Pinheiro, encaminha o Projeto de Lei nº 2.765/2021 às Comissões de Justiça, de Esporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 18 de agosto de 2021.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/4/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Doutor Jean Freire Requerimento nº 7.261/2021 de autoria dos deputados Sávio Souza Cruz, Professor Cleiton e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o cálculo do retorno do investimento feito desde que foi comprada a participação da Light até o dia em que foi vendida, especificando o fluxo de dinheiro em valores atualizados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.269/2021, de autoria dos deputados Sávio Souza Cruz, Professor Cleiton e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao assessor especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sedese – pedido de informações sobre a divulgação feita por ele em uma rede social, em que diz que “Concluimos agora a liquidação da operação de descentralização integral da Light!”; e sobre o total do retorno financeiro aos cofres da Cemig, computando-se o que foi efetivamente investido e o que foi recuperado com a saída do controle da Light, esclarecendo se as operações realizadas não geraram prejuízos aos cofres públicos ou se a expressão “liquidação” corresponde, ao que parece, à entrega de ativos a preços abaixo do mercado, com prejuízos aos cofres públicos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/4/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Doutor Jean Freire as seguintes proposições, aprovadas na forma do projeto de resolução apresentado: Ofício nº 550/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Brazópolis, em que encaminha o Decreto nº 005/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 559/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Capitólio, em que encaminha o Decreto nº 17/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 564/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, em que encaminha o Decreto nº 5/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 575/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Espera Feliz, em que encaminha o Decreto nº 1.227/2020, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 577/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Fronteira, em que encaminha o Decreto nº 5.846/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 578/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Gameleiras, em que encaminha o Decreto nº 5/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 594/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itutinga, em que encaminha o Decreto nº 4.846/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 595/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Japonvar, em que encaminha o Decreto nº 15/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 601/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Laranjal, em que encaminha o Decreto nº 2/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 604/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Marilac, em que encaminha o Decreto nº 177/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 621/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, em que encaminha o Decreto nº 2.905/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 622/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Acima, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 627/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 641/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Tabuleiro, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 658/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Areado, em que encaminha o Decreto nº 2.487/2021, solicitando reconhecimento da declaração do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 659/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, em que encaminha o Decreto nº 2.065/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 660/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Uberaba, em que encaminha o Decreto nº 87/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 661/2021, de autoria

da Prefeitura Municipal de Aimorés, em que encaminha o Decreto nº 2/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 662/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Mamonas, em que encaminha o Decreto nº 11/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 663/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Patos de Minas, em que encaminha a Lei Complementar nº 636/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 664/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cuparaque, em que encaminha o Decreto nº 10/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 665/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Guaraciama, em que encaminha o Decreto nº 2.236/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 666/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Leme do Prado, em que encaminha o Decreto nº 1.129/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 667/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São João do Pacuí, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 668/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ipuiuna, em que encaminha o Decreto nº 6/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 669/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Vargem Alegre, em que encaminha o Decreto nº 15/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 670/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Barbacena, em que encaminha o Decreto nº 8.804/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 671/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Barroso, em que encaminha o Decreto nº 4.300/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 672/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Campo Florido, em que encaminha o Decreto nº 38/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 673/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Carandaí, em que encaminha o Decreto nº 5.565/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 674/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Catuti, em que encaminha o Decreto nº 35/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 675/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Extrema, em que encaminha o Decreto nº 3.969/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 676/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Lamim, em que encaminha o Decreto nº 2/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 677/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, em que encaminha o Decreto nº 3.409/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 678/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, em que encaminha o Decreto nº 119/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 679/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Padre Carvalho, em que encaminha o Decreto nº 408/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 680/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piedade dos Gerais, em que encaminha o Decreto nº 18/2021, solicitando reconhecimento da declaração do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 681/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Sarzedo, em que encaminha o Decreto nº 1.388/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 682/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Araçai, em que encaminha o Decreto nº 3.124/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de

covid-19; Ofício nº 683/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Botumirim, em que encaminha o Decreto nº 4/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 684/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, em que encaminha o Decreto nº 258/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 685/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Camacho, em que encaminha o Decreto nº 563/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 686/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibituruna, em que encaminha o Decreto nº 69/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 687/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Jaboticatubas, em que encaminha o Decreto nº 3.785/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 688/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Juatuba, em que encaminha o Decreto nº 2.616/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 689/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha, em que encaminha o Decreto nº 295/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 690/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados, em que encaminha o Decreto nº 253/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 691/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Salto da Divisa, em que encaminha o Decreto nº 10/2021, solicitando reconhecimento da declaração do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 692/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São José do Divino, em que encaminha o Decreto nº 4/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 693/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Volta Grande, em que encaminha o Decreto nº 2.293/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 694/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Campanha, em que encaminha o Decreto nº 7.205/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 695/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Campos Altos, em que encaminha o Decreto nº 52/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 696/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Congonhas, em que encaminha o Decreto nº 7.130/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 697/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Dom Silvério, em que encaminha o Decreto nº 99/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 698/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Formoso, em que encaminha o Decreto nº 1.509/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 699/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Matozinhos, em que encaminha o Decreto nº 3.424/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 700/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Prata, em que encaminha o Decreto nº 3.643/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 701/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São João do Oriente, em que encaminha o Decreto nº 10/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 702/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caputira, em que encaminha o Decreto nº 27/2020, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 703/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Dom Cavati, em que encaminha o Decreto nº 42/2020, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 704/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itabirinha, em que encaminha o Decreto nº 18/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de

calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 705/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Mantena, em que encaminha o Decreto nº 83/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 706/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Monte Azul, em que encaminha o Decreto nº 7/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 707/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranga, em que encaminha o Decreto nº 3.172/2020, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 708/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Abre Campo, em que encaminha o Decreto nº 231/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 709/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Araporã, em que encaminha o Decreto nº 3.986/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 710/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Bandeira, em que encaminha o Decreto nº 80/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 711/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, em que encaminha o Decreto nº 49/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 712/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Grão Mogol, em que encaminha o Decreto nº 74/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 713/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itaverava, em que encaminha o Decreto nº 100/2020, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19; Ofício nº 714/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ubaporanga, em que encaminha o Decreto nº 52/2021, solicitando prorrogação do reconhecimento do estado de calamidade pública no município, decorrente da pandemia de covid-19. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/4/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.763, de 2021, altera a Deliberação nº 2.762, de 3 de março de 2021, que dispõe sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e sobre as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Talentos Cinevídeo Eireli – EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Comunicação Institucional da Casa – parecer favorável à revisão de preços decorrente do aumento dos valores de vale-transporte e o reajuste do valor do plano de saúde, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Professor Cleiton referente à assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; Requerimento nº

6.539/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas em lista em arquivo de planilha em cinco colunas, já que há uma necessidade de subsídio cruzado entre as concessões nos municípios, a saber: identificação da concessão por nome do município ou consórcio; o somatório, em um único número, das receitas de cada uma dessas concessões (faturamento de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto onde houver); as despesas totais somadas, em apenas um número, de cada uma dessas concessões; número de trabalhadores diretos; e número de trabalhadores indiretos da Copasa-MG em cada uma dessas concessões – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.409/2021, de autoria das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados André Quintão, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Marquinhos Lemos e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre os estudos de impacto e as informações relativas à tramitação do licenciamento e da obtenção do Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental – Daia –, do Projeto Serro, referente à extração de minério de ferro no Município de Serro, apresentado pela Mineração Conemp Ltda., com sede na Fazenda Tanque Seco, na zona rural de Itabirito – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – aprovado; Requerimento nº 7.547/2021, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as providências que pretende tomar em relação às negociações, para a compra de vacinas, com o laboratório AstraZeneca, tendo em vista as notícias de suspensão, por 22 países europeus, de sua utilização diante de relatos de formação de coágulos sanguíneos e morte súbita em pessoas que receberam o imunizante – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 7.572/2021, de autoria do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as instruções normativas que regulam o duplo grau recursal dos processos administrativos no âmbito do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.637/2021, de autoria da deputada Leninha e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – e ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de informações sobre o número total de professores efetivos que atualmente se enquadram no regime de trabalho de tempo parcial, com 20 horas semanais, esclarecendo-se em quais unidades estão lotados e as respectivas cidades – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 26/4/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa ratifica a contratação por dispensa de licitação da sociedade empresária Banco do Brasil S.A., ficando autorizada a assinatura do termo de contrato de concessão de uso de loja do Edifício Tiradentes, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a

Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de maio de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/4/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Geraforte Grupos Geradores Ltda., tendo como objeto o fornecimento de grupo diesel-gerador, incluindo instalação, testes, treinamento e manutenção – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 089/2020, autorizando a despesa, considerando manifestação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 7.200/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG - pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, a recuperação do asfalto na MG-409, no trecho que liga Teófilo Otoni a Novo Oriente de Minas, que está em condições precárias; Requerimento nº 7.201/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja realizada, em caráter emergencial, a recuperação do asfalto da Rodovia MG-275, no trecho que liga Carandaí a Capela Nova, tendo em vista sua importância para os produtores rurais e como via de acesso aos Municípios de Ressaquinha, Senhora dos Remédios e Caranaíba; Requerimento nº 7.205/2020, de autoria do deputado Fábio Avelar de Oliveira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Ronaldo Cardoso, prefeito eleito e diplomado do Município de Tapiraí; Requerimento nº 7.208/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulada manifestação de protesto pelo ato de assédio praticado pelo deputado estadual Fernando Cury (Cidadania) contra a deputada estadual Isa Penna (Psol), durante a sessão plenária de 16/12/2020 da Assembleia Legislativa de São Paulo; Requerimento nº 7.209/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Bruno Oliveira Alencar por sua atuação à frente da Presidência da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab - na viabilização da venda de imóveis do programa Lares Geraes a militares; Requerimento nº 7.210/2020, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha e Delegada Sheila, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à deputada estadual de São Paulo Isa Penna, do Psol, pelo enfrentamento à violência política institucional contra as mulheres e pela coragem de tornar público e denunciar o assédio que sofreu durante a sessão plenária do dia 16 de dezembro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, praticado pelo deputado estadual Fernando Cury, do Cidadania; Requerimento nº 7.212/2020, de autoria da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional em Brasília pedido de providências para que sejam inseridas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – as obras das barragens de Jequitai e Congonhas, a expansão das linhas de transmissão de energia elétrica no Norte de Minas, a ampliação da Ferrovia Centro-Atlântica e a reativação do transporte de passageiros por trem no Norte de Minas; Requerimento nº 7.213/2020, de autoria da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado aos Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Economia pedido de providências para que a medida provisória, que está sendo elaborada e visa reformular os fundos de desenvolvimento regional, contemple também os projetos do Norte de Minas Gerais, que estão na Área Mineira da Sudene; Requerimento nº

7.223/2020, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para que sejam sustados os efeitos da Portaria Interministerial nº 3, de 25 de novembro de 2020, do Ministério da Educação e do Ministério da Economia, tendo em vista os prejuízos causados por essa portaria à educação pública e aos docentes, os quais ficarão sem o reajuste do piso salarial profissional nacional; Requerimento nº 7.224/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq –, da Universidade de São Paulo, pela indicação do Sr. Alysson Paolinelli para o Prêmio Nobel da Paz de 2021; Requerimento nº 7.225/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Alysson Paolinelli por sua indicação para o Prêmio Nobel da Paz de 2021; Requerimento nº 7.226/2021, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja formulado voto de congratulações ao prefeito Alexandre Kalil pela nomeação do ex-deputado Adalclever Ribeiro Lopes para o cargo de secretário municipal de Governo; Requerimento nº 7.228/2021, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que o Município de Bom Reposo passe a fazer parte da área de abrangência da Delegacia Fiscal de 2º Nível de Pouso Alegre, subordinada à Superintendência Regional da Fazenda II em Varginha, e não mais da Delegacia Fiscal de 2º Nível de Extrema, também subordinada à mesma superintendência; Requerimento nº 7.229/2021, de autoria do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Água Comprida pelo aniversário do município; Requerimento nº 7.231/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja prorrogado o Decreto nº 48.038, de 10/9/2020, que cria a renda emergencial temporária destinada às famílias em situação de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico –, enquanto durarem os efeitos do Decreto 48.102, de 29/12/2020, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20/3/2020, que reconhece, no âmbito de todo o território do Estado, o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.232/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que sejam antecipadas pelo governo do Estado, de forma emergencial, todas as medidas de logística para a distribuição de insumos, dos mais simples aos mais complexos, para a campanha de vacinação contra a covid-19, de maneira a atender, de forma igualitária, todos os municípios do Estado; Requerimento nº 7.234/2021, de autoria do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit - pedido de informações sobre o andamento do processo para a realização das obras de duplicação e correção de traçado da BR-381, especificamente no segmento entre Nova Era e João Monlevade, bem como sobre as alternativas que estão sendo estudadas para a viabilização das obras e o prazo estimado para seu início e conclusão; Requerimento nº 7.235/2021, de autoria do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – por ter realizado, no período da pandemia, desembolso recorde de financiamento contratado no mercado de crédito e de liberação a financiamentos em 2020; Requerimento nº 7.237/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que verifique a possibilidade de suspensão da cobrança do IPVA e da Taxa de Licenciamento relativos a veículos utilizados em atividades prejudicadas ao longo da pandemia de covid-19, tais como as categorias de transporte escolar, autoescola, transporte do setor do turismo, fretamento e outros; Requerimento nº 7.238/2021, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sgt. PM Marcelo da Silva Manoel e o Cb. PM Vitor Farany Pinto, da 33ª Companhia do 27º Batalhão de Polícia Militar em Matias Barbosa, pela atuação e empenho no atendimento de ocorrência de maus-tratos a animais naquela cidade, no dia 24 de dezembro de 2020; Requerimento nº 7.239/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja intensificada a fiscalização das empresas de transporte coletivo de todas as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em razão das diversas reclamações quanto à suspensão de horários de circulação, aglomeração e falta de cumprimento das normas sanitárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19, colocando em risco não só seus usuários e seus funcionários, assim como

toda a população local; Requerimento nº 7.240/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que verifique a possibilidade de suspender a Portaria nº 1.498/2019, no trecho que determina a inspeção veicular do transporte escolar, considerando que tais atividades estão suspensas em todo o Estado, enquanto perdurarem as restrições decorrentes da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.241/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Meiruze Sousa Freitas, filha do Vale do Jequitinhonha e diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa –, pelo estimado trabalho desenvolvido à frente da diretoria e na elaboração do parecer que aprovou o uso emergencial dos imunizantes Coronavac e Oxford/AstraZeneca contra o novo coronavírus, que já matou mais de 200 mil pessoas em nosso país; Requerimento nº 7.243/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Centro Regional do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – de Pouso Alegre, pelos 50 anos de sua inauguração; Requerimento nº 7.252/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Açucena pelo 77º aniversário do município; Requerimento nº 7.253/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Dionísio pelo 72º aniversário do município; Requerimento nº 7.254/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Iapu pelo 72º aniversário do município; Requerimento nº 7.255/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Itanhomi pelo 72º aniversário do município; Requerimento nº 7.256/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Coronel Fabriciano pelo 72º aniversário do município; Requerimento nº 7.257/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Serro pelo 307º aniversário do município; Requerimento nº 7.258/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Governador Valadares pelo 83º aniversário do município; Requerimento nº 7.259/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Tarumirim pelo 83º aniversário do município; Requerimento nº 7.265/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja disponibilizado soro antiofídico para a Santa Casa de Lima Duarte, uma vez que a região tem vários casos de picadas de serpentes, em especial de cascavel, além do fato de o município abrigar o Parque Estadual de Ibitipoca, o qual é visitado por milhares de turistas todos os meses; Requerimento nº 7.282/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Janáina Aparecida Quitéria Magalhães pelo esforço empreendido para aprender inglês autodidaticamente a fim de ter uma comunicação mais direta com compradores internacionais de café e realizar melhores negócios; Requerimento nº 7.564/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para garantir o fornecimento de oxigênio hospitalar, em antigos e novos leitos de CTI, tanto na rede pública como na rede privada, bem como sejam tomadas medidas que proporcionem o devido armazenamento e distribuição do insumo em todas as regiões do Estado; Requerimento nº 7.588/2021, de autoria do deputado Raul Belém, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que se amplie o tratamento da covid-19 para os pacientes que já contraíram a doença, tendo em vista as várias complicações e sequelas decorrentes da enfermidade; Requerimento nº 7.589/2021, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja permitido ao produtor rural optar pela emissão da nota fiscal eletrônica ou física (em talonário próprio), tendo em vista as limitações de acesso à internet na zona rural do Estado; Requerimento nº 7.590/2021, de autoria do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam prorrogados os prazos de pagamento dos empréstimos contraídos pelos micro e pequenos empreendedores junto ao BDMG; Requerimento nº 7.591/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao ministro da Saúde pedido de providências com vistas à liberação de recursos para socorrer os municípios do Estado que já estão com a capacidade de atendimento comprometida, considerando-se a grave crise provocada pela pandemia de covid-19, e

à criação de força tarefa federal, com a disponibilização de hospitais de campanha e profissionais, nas regiões onde a capacidade de atendimento já está esgotada; Requerimento nº 7.592/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao MEC pedido de providências para que seja revogada a previsão de cortes orçamentários da ordem de 18,64% em recursos para custeio, de 20,5% para investimentos e de 24% para a assistência estudantil, especificamente aplicados na previsão orçamentária destinada à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF –, cortes previstos na Proposta de Legislação Orçamentária Anual – PLOA – de 2021, encaminhada ao Congresso, e para que, diante da situação de pandemia e da necessidade de superação dos desafios pelo qual passa nosso país, sejam ampliados, em pelo menos 20%, os recursos financeiros e verbas orçamentárias destinados às universidades federais do Estado e de todo o território do Brasil, sejam garantidas as condições para o adequado funcionamento das universidades públicas em nosso país, sejam criadas novas universidades federais e novos *campi* ou desmembrados novos departamentos a partir das universidades já existentes, de forma a aumentar em 10% o número de novas matrículas nas universidades públicas federais; Requerimento nº 7.593/2021, de autoria das deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Leninha, em que requerem seja formulada manifestação de apoio à Sra. Margarida Salomão, prefeita de Juiz de Fora, pelos ataques, violência política e vandalismo praticados contra ela, motivados pelas medidas de distanciamento e isolamento social adotadas pela administração municipal, razão pela qual é prestada solidariedade, reafirmando o compromisso de construir ambientes políticos em que as mulheres eleitas possam exercer plenamente suas funções públicas em segurança; Requerimento nº 7.595/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Presidência da República e ao governador do Estado pedido de providências para aquisição de vacinas contra a covid-19 e garantia da imunização de todos os mineiros com urgência; Requerimento nº 7.596/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que o secretário titular da pasta entre com pedido emergencial junto ao governo federal para a abertura de novos leitos no Estado, bem como para que seja divulgada periodicamente a listagem com a demanda por leitos por região e para que sejam estabelecidas medidas para que as unidades de saúde possam agir diante do avanço da pandemia; Requerimento nº 7.597/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de João Marcelo de Araújo Machado, em 23/3/2021, em Belo Horizonte; Requerimento nº 7.598/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares que participaram da operação, em 22/3/2021, no Bairro Jardim Leblon, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 3 tabletes de maconha, *crack* e 56 pinos de cocaína na casa de um suspeito que usava tornozeleira eletrônica; Requerimento nº 7.601/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que sejam incluídas nos grupos prioritários de vacinação as pessoas com doença renal crônica, em tratamento de hemodiálise, e os pacientes oncológicos em tratamento quimioterápico ou radioterápico, em virtude da situação epidemiológica que vivenciamos, da alta taxa de ocupação de leitos e do caráter permanente de exposição dos que têm essas enfermidades, situação que se agrava tendo em vista o extenso tempo de permanência desses pacientes em hospitais e centros de tratamento; Requerimento nº 7.603/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por ter atendido à solicitação e viabilizado R\$50 milhões para a conclusão da Barragem de Jequitai, no Norte de Minas Gerais, valor que se soma a outros R\$50 milhões, já destinados a uma obra que beneficiará 500 mil pessoas em 12 municípios; Requerimento nº 7.606/2021, de autoria do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para a inclusão dos policiais rodoviários estaduais, dos guardas civis e dos policiais federais lotados no Estado na próxima etapa de vacinação contra a covid-19, cuja previsão é para abril deste ano; Requerimento nº 7.608/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que pessoas com síndrome de Down tenham precedência na ordem de vacinação contra a covid-19, por se tratar de pessoas mais vulneráveis à doença, conforme estudos nacionais e internacionais divulgados pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD – e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 13.146, de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que garante atendimento prioritário às pessoas com deficiência; Requerimento nº 7.610/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao

governador do Estado pedido de providências para que, na campanha de vacinação contra a covid-19, sejam incluídos imediatamente, juntamente com os idosos e profissionais da saúde, os trabalhadores de supermercados, padarias, farmácias e todos aqueles que estão na linha de frente operando os serviços essenciais no Estado; Requerimento nº 7.611/2021, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências com vistas à utilização do SUS Fácil para agilização das internações dos pacientes com covid-19 no Estado, com o objetivo de criar uma central única de leitos para compartilhamento das vagas para internações em todo o Estado; Requerimento nº 7.612/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para inclusão dos trabalhadores em empresas de coleta de lixo e de limpeza pública entre os grupos prioritários de vacinação contra a covid-19; Requerimento nº 7.614/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares e civis que atuaram na ocorrência, em 26/3/2021, em Betim, que resultou na prisão de dois suspeitos de envolvimento em ao menos 20 homicídios e na apreensão de um carro e de uma arma calibre 9mm; Requerimento nº 7.615/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para criação de um comitê de transparência no processo de designação, para acompanhar e fiscalizar as respostas, em tempo ágil, aos problemas envolvendo o processo *online* de designação em todo o Estado; Requerimento nº 7.619/2021, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Montes Claros, ao Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais da Comarca de Montes Claros, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, à Defensoria Pública de Minas Gerais da Comarca de Montes Claros e ao Ministério Público Federal em Belo Horizonte pedido de providências para a imunização do restante dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, incluindo terceirizados que estão na linha de frente dos hospitais, com a máxima urgência, haja vista a situação delicada em que se encontra o Município de Montes Claros, conforme boletim epidemiológico de 29 de março de 2021; Requerimento nº 7.621/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que os bancários e bancárias sejam incluídos nos grupos prioritários do processo de imunização contra a covid-19, visto que esses profissionais estão trabalhando diretamente no atendimento à população, com alto risco de contaminação em seus postos de trabalho; Requerimento nº 7.625/2021, de autoria do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para a inclusão dos policiais federais e policiais rodoviários federais de Minas Gerais no Plano Nacional de Imunização – PNI – contra a covid-19 para os profissionais de segurança do Estado, medida já tomada pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/4/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar a doação de bens remanescentes adquiridos por meio do Convênio Siconv nº 811906/2014, celebrado entre essa Assembleia e o Ministério do Meio Ambiente, às associações das comunidades rurais dos municípios de Januária e São Francisco, conforme tabela do Anexo III do relatório de 10 de fevereiro de 2021, elaborado pelo gestor financeiro do Projeto Cidadania Ribeirinha, em

conformidade com o disposto no item 9.4 do referido convênio. Continuando os trabalhos, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 7.286/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, e ao Sr. Juraci Júnior de Oliveira, gerente do Campo Experimental de São Sebastião do Paraíso – Cesp –, pela conquista da medalha de ouro no Brazil Wine Challenge 2020 com o vinho “Syrah Epamig”; Requerimento nº 7.287/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações à Universidade Fumec, nas pessoas dos Srs. Fernando de Melo Nogueira, reitor, e Sérgio Henriques Zandona Freitas, coordenador do PPGD/Fumec, pelos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Direito da instituição; Requerimento nº 7.289/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o Município de Buritizeiro seja inserido no Plano de Investimento da Valor de Logística Integrada – VLI –, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.290/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Montes Claros seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.291/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Glaucilândia seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.292/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Juramento seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.293/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Nova Porteirinha seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.294/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Monte Azul seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.295/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Joaquim Felício seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.296/2021, de autoria do

deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Engenheiro Navarro seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.297/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Pirapora seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos; Requerimento nº 7.298/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à ANTT pedido de providências para que o Município de Espinosa seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais, e sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea, construção de viadutos, melhorias nas sinalizações das passagens de níveis, construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade, reforma da estação, viabilização de transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terreno; Requerimento nº 7.300/2021, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Leninha, e dos deputados André Quintão, Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Elismar Prado, Marquinho Lemos, Ulysses Gomes e Virgílio Guimarães, em que requerem seja encaminhado aos representantes da Sinopharm/China National Biotec Group Company – CNBG – pedido de informações sobre a forma como se deram as negociações entre essa companhia farmacêutica e o Estado de Minas Gerais para aquisição de imunizantes contra a covid-19, com possibilidade de produção do medicamento pela Fundação Ezequiel Dias – Funed; e, se possível, sejam explicitados os motivos que levaram essa empresa a suspender as referidas negociações; Requerimento nº 7.302/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 – pedido de providências para que seja elaborado e disponibilizado à população mineira, no próprio *site*: <https://vacinaminas.mg.gov.br/>, um aplicativo que permita ao cidadão acompanhar o gerenciamento das ações de vacinação contra a covid-19 em todo o nosso território, sua posição no rol das prioridades e previsão de sua vacinação, com base na sua classificação nos diversos grupos, prioritários ou não, a situação dos estoques de insumos necessários para a vacinação em cada município ou macrorregião, bem como a relação dos vacinados, organizada pelo número do SUS ou CPF; Requerimento nº 7.303/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações ao senador Rodrigo Pacheco por sua eleição para a presidência do Senado para o biênio 2021-2022; Requerimento nº 7.304/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências para que sejam adotadas as medidas mais adequadas, na forma do Regimento Interno do Senado, para a votação com urgência do Projeto de Lei 5.919/2019, que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região – TRF-6 –, com sede em Minas Gerais; Requerimento nº 7.306/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de providências para renovação, em regime de urgência, do contrato com a Fundação São Francisco Xavier, mantenedora do Hospital Márcio Cunha, localizado no Município de Ipatinga, garantindo-se, assim, a retomada imediata da integralidade dos atendimentos aos usuários do Ipsemg de todo o Vale do Aço; Requerimento nº 7.307/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Grupo Giramundo pelos 50 anos de sua fundação; Requerimento nº 7.308/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja elaborado e disponibilizado à população mineira, em site próprio do governo, um aplicativo com mapa digital, em formato aberto, com as plantas das áreas de desapropriação destinadas à construção do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como previsto nos Decretos de Numeração Especial nº 441, de

2020, e nº 6, de 2021, bem como com as demais alterações eventualmente efetuadas ao longo da execução do projeto; Requerimento nº 7.312/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Nova Lima pelos 320 anos de história e 130 anos de emancipação do município; Requerimento nº 7.313/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações à comunidade de Sabinópolis pelos 97 anos de emancipação do município; Requerimento nº 7.320/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de João Pessoa Ribeiro Fenelon; Requerimento nº 7.325/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente regional do Trabalho em Minas Gerais pela condecoração com a Medalha “Mérito Tamandaré”, uma das mais tradicionais e importantes condecorações da Marinha do Brasil; Requerimento nº 7.327/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Seinfra pedido de providências para proceder ao asfaltamento da MG-280, especialmente no trecho entre Alto do Rio Doce e Dores do Turvo; Requerimento nº 7.329/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizado o pagamento imediato do décimo terceiro salário referente ao ano de 2020 a todos os servidores públicos do Estado; Requerimento nº 7.330/2021, de autoria do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Sebastiana Maria de Jesus, nascida em Minas Gerais, pelos 110 anos de idade, comemorados em agosto de 2020; Requerimento nº 7.331/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para adotar as medidas indispensáveis para duplicação da MG-040 bem como pavimentação de trecho da referida rodovia; Requerimento nº 7.334/2021, de autoria do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações à Santa Casa de Montes Claros pelos 150 anos de existência e pelos bons trabalhos realizados em prol da população do Norte de Minas; Requerimento nº 7.339/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja apreciado com especial atenção o Projeto de Lei nº 5.638/2020, que visa instituir o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse; Requerimento nº 7.340/2021, de autoria do deputado Inácio Franco, em que requer seja formulado voto de congratulações à Fundação Hospitalar São Francisco de Assis pelos 10 anos de sua fundação; Requerimento nº 7.348/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à apuração e à regularização do fornecimento de água tratada e da aferição dos medidores pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa –, em Ribeirão das Neves, e a que a companhia preste informações sobre as causas da intermitência no fornecimento de água e na aferição do consumo; Requerimento nº 7.349/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que parte dos recursos do acordo com a Vale sejam usados para recuperação da MGC-462, entre Patrocínio e Perdizes, que se encontra interditada devido a uma cratera que se abriu nessa rodovia; Requerimento nº 7.350/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de cobranças indevidas em sua integralidade nas tarifas referentes a coleta e tratamento de esgoto no Município de Almenara, bem como em toda a região do Vale do Jequitinhonha; Requerimento nº 7.352/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizado à população mineira, em *site* próprio do governo, um aplicativo com informações atualizadas do acordo celebrado com a Vale S.A., em virtude dos danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho, no qual constem a previsão inicial das ações e quantias a serem disponibilizadas aos municípios afetados, o cronograma de liberação de valores e os valores efetivamente disponibilizados. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/4/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 7.353/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam realizadas, em caráter emergencial, obras de melhoramento e manutenção, bem como pavimentação asfáltica e instalação de redutores de velocidade na altura do Km 388, da Rodovia BR-267, na entrada para o Município de Monsenhor Paulo; Requerimento nº 7.354/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Gustavo Freitas pela eleição e posse como presidente da Associação das Mineradoras da Serra Azul – Amisa; Requerimento nº 7.358/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Educação – SEE – proposta de implementação de disciplina extracurricular no ensino fundamental da rede estadual de ensino com os seguintes temas de grande relevância atual: cooperativismo no agronegócio, aproveitamento dos alimentos, matas ciliares, bem-estar animal, novos alimentos, bioeconomia, agricultura digital, melhoramento genético, agronegócio colaborativo e atividades secundárias; Requerimento nº 7.359/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – proposta de implementação de disciplina extracurricular no ensino fundamental da rede estadual de ensino com os seguintes temas de grande relevância atual: cooperativismo no agronegócio, aproveitamento dos alimentos, matas ciliares, bem-estar animal, novos alimentos, bioeconomia, agricultura digital, melhoramento genético, agronegócio colaborativo e atividades secundárias; Requerimento nº 7.360/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações à Arquidiocese de Belo Horizonte pelos 100 anos de sua existência; Requerimento nº 7.361/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja assegurado aos cuidadores de idosos acesso prioritário à vacinação contra a covid-19, pois são profissionais essenciais, que cuidam justamente do grupo com maior risco de desenvolver as formas mais graves da doença; Requerimento nº 7.362/2021, de autoria do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF –, do Instituto de Desenvolvimento Integrado do Estado de Minas Gerais – Indi – e do DER-MG, pedido de providências para que seja estendida às empresas produtoras de alimentos no Estado a possibilidade de aderir ao Protocolo de Intenções nº 016/2018, ou instrumento de efeito análogo, concedendo-lhes o benefício tributário descrito no art. 75, XXXII e § 16, da parte geral do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS –, com a condição de que sejam realizadas obras rodoviárias de interesse do Estado; Requerimento nº 7.363/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – de Belo Horizonte pedido de providências para que seja assegurado aos cuidadores de idosos acesso prioritário à vacinação contra a covid-19, pois são profissionais essenciais, que cuidam justamente do grupo com maior risco de desenvolver as formas mais graves da doença; Requerimento nº 7.364/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências com vistas à realização urgente de avaliação técnica para que parte dos recursos do acordo com a Vale sejam usados na recuperação da MGC-462, entre Patrocínio e Perdizes, que se encontra interditada devido a uma cratera que se abriu na rodovia; Requerimento nº 7.366/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada

manifestação de pesar pelo falecimento de Fabrício Torres Sampaio, ocorrido em 12/2/2021; Requerimento nº 7.367/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a adoção de medidas urgentes para o recapeamento da Rodovia LMG-633, que liga a sede do Município de Jaíba ao Projeto Jaíba de Irrigação, tendo em vista que a referida rodovia se encontra em péssimas condições de uso, comprometendo a segurança dos usuários e a trafegabilidade, tornando cada vez mais difícil o escoamento da produção agrícola na região que abriga o maior projeto de agricultura irrigada da América Latina e que tem como objetivo principal desenvolver a região norte-mineira; Requerimento nº 7.368/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para adoção de medidas urgentes para o recapeamento da Rodovia LMG-633, que liga a sede do Município de Jaíba ao Projeto Jaíba de Irrigação, tendo em vista que a referida rodovia se encontra em péssimas condições de uso, comprometendo a segurança dos usuários bem como a trafegabilidade; Requerimento nº 7.369/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. José Alves Viana – Dr. Viana –, por sua posse como presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para o biênio 2021-2022; Requerimento nº 7.372/2021, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a manutenção, em caráter de urgência, do trecho da MG-448 entre os Municípios de Santa Bárbara do Tugúrio e Rio Pomba, o qual se encontra em péssimo estado de conservação, com a infraestrutura de uma ponte desmoronada e uma quantidade incontável de buracos, oferecendo alto risco de acidente aos usuários; Requerimento nº 7.376/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que seja dada continuidade ao processo de publicação dos atos de remoções feitos a pedido dos servidores da educação, conforme garante o art. 70 da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, tornando sem efeito a Informação nº 01, de 17/1/2021, publicada no *Diário Oficial* do Estado; Requerimento nº 7.377/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Marcos Guimarães de Cerqueira Lima; Requerimento nº 7.380/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo - Segov - pedido de providências para que seja analisada a viabilidade da implantação de torre de telefonia móvel na Comunidade São Sebastião da Vista Alegre (Quintilianos), em Olaria; Requerimento nº 7.381/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências para que seja analisada a viabilidade da implantação de torre de telefonia móvel próximo às Comunidades Quilombolas São Sebastião da Boa Vista e Vila Cachoeirinha, em Santos Dumont; Requerimento nº 7.382/2021, de autoria do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para alocar investimentos necessários na Fundação Ezequiel Dias – Funed – para fomentar a fabricação da vacina contra a covid-19; Requerimento nº 7.383/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares que atuaram na operação, em 15/2/2021, no Município de Perdões, que resultou na prisão de dois homens e no salvamento de mais de 600 pássaros silvestres; Requerimento nº 7.387/2021, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Marcus Vinícius de Ávila Furtado, secretário de Administração e Finanças de Serra do Salitre; Requerimento nº 7.389/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências com vistas à suspensão de cobrança pelo fornecimento de água e esgoto das famílias de Santa Maria de Itabira que tiveram suas casas atingidas por fortes chuvas até que restabeleçam suas residências; Requerimento nº 7.390/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que verifique a possibilidade de suspensão da cobrança do fornecimento de energia das famílias do Município de Santa Maria de Itabira que tiveram suas casas atingidas pelas fortes chuvas até que restabeleçam suas residências; Requerimento nº 7.394/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que seja assegurada a oferta do ensino médio regular diurno, em 2021, na Escola Estadual Henriqueta Lisboa, localizada no Bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte, bem como seja permitido aos alunos residentes na região, que foram matriculados em escolas distantes, ter sua matrícula transferida para a referida escola; Requerimento nº 7.398/2021, de autoria do

deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Eduardo Alves de Freitas pela passagem do seu 53º aniversário; Requerimento nº 7.400/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção dos leitos de enfermaria e UTI destinados aos pacientes acometidos pela covid-19 no Município de Cataguases, tendo em vista que o município não dispõe dos recursos necessários para assegurar o pleno atendimento da comunidade cataguasense; Requerimento nº 7.402/2021, de autoria do deputado Léo Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Arasmindo Pereira da Silva pela comemoração dos seus 90 anos de idade, 60 anos de ministério e 50 anos presidindo a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Uberaba; Requerimento nº 7.403/2021, de autoria do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que sejam intensificadas as ações de enfrentamento à covid-19 na macrorregião Triângulo Norte; Requerimento nº 7.406/2021, de autoria das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados André Quintão, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – pedido de informações sobre a extração de minério pelo Projeto Serro, cujo processo tramita naquele instituto, no referido município, de interesse do grupo Herculano Mineração Conemp, bem como informações sobre outros processos relacionados ao Projeto Serro que por ventura tramitem no instituto e os impactos ambientais desses projetos sobre os bens culturais materiais e imateriais acautelados pelo Iphan na área do empreendimento e as medidas de mitigação e compensação previstas; Requerimento nº 7.410/2021, de autoria das deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha, e dos deputados André Quintão, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, em que requerem seja encaminhado à Fundação Cultural Palmares pedido de informações sobre os estudos de impacto e informações relativas à consulta prévia e à anuência de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares que podem ser afetadas pelo Projeto Serro, referente à extração de minério de ferro no Município de Serro, apresentado pela Mineração Conemp Ltda., com sede na Fazenda Tanque Seco, na zona rural de Itabirito; Requerimento nº 7.411/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que seja realizada a inclusão do curso Técnico de Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Computação na Resolução SEE 4.503/2021; Requerimento nº 7.412/2021, de autoria do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Wilma Henriques pelo seu aniversário de 90 anos; Requerimento nº 7.413/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Antônio Barbosa Damasceno e o Cb. PM Daniel Reges Xavier Santana pelos relevantes serviços prestados à Associação das Pessoas com Necessidades Especiais do Noroeste de Minas Gerais – Apnor –, especialmente na construção da sala de fisioterapia da associação e na doação de alimentos para as famílias carentes do Município de Riachinho; Requerimento nº 7.414/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Seapa pedido de providências para a realização e a apresentação a esta Casa de estudo técnico para o desenvolvimento de ações de promoção de segurança hídrica nas Bacias do Rio Jequitinhonha e nas Sub-bacias do Rio Araçuaí, bem como sobre a possibilidade de construção de barramentos para o abastecimento de água nos Rios Piauí e Gravatá, no Município de Araçuaí, para a qual já existe previsão orçamentária no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG; Requerimento nº 7.642/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Segov pedido de providências com vistas à antecipação das parcelas do acordo havido entre o governo do Estado e os municípios mineiros para a regularização dos repasses do ICMS, do IPVA, do Fundeb e do transporte escolar, as quais somente poderão ser utilizadas nas ações de enfrentamento à pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.643/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Governo pedido de providências para que seja elaborado e, posteriormente, enviado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz –, para a devida aprovação, instrumento jurídico que conceda isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – sobre a venda de oxigênio medicinal e outros produtos usados no tratamento de pacientes com covid-19, a exemplo dos kits de teste para covid-19 e de intubação e cateteres; de respiradores

automáticos ou de ventilação extracorpórea – ECM; de álcool 70%; de agulhas e seringas; de água oxigenada, curativos, gaze e desinfetantes; de artigos de laboratório e farmácia; e de máscaras, luvas e equipamento de proteção para profissionais de saúde; Requerimento nº 7.657/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para revogação do reajuste da tabela de coparticipação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg; Requerimento nº 7.662/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para que sejam prorrogados ou renovados todos os contratos dos policiais penais e dos agentes socioeducativos do Estado, conforme a Lei nº 23.750, de 2020; Requerimento nº 7.663/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de providências com vistas ao parcelamento de dívidas tributárias do Estado, em especial do IPVA, até o fim da pandemia de covid-19, conforme o permitido em 2020 por meio do Decreto nº 47.996, de 30/6/2020; Requerimento nº 7.626/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que todos os trabalhadores que compõem a categoria metroferroviária de Belo Horizonte sejam incluídos nos grupos prioritários do processo de imunização contra a covid-19, uma vez que esses funcionários estão trabalhando diretamente no atendimento à população, com alto risco de contaminação em seus postos de trabalho; Requerimento nº 7.627/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que todos os trabalhadores da Cemig e da Copasa-MG, inclusive terceirizados, que atuam diretamente no atendimento ao público, sejam incluídos nos grupos prioritários do processo de imunização contra a covid-19, devido ao alto risco de contaminação em seus postos de trabalho; Requerimento nº 7.628/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que todos os profissionais que trabalham na coleta e no transporte de resíduos sólidos domiciliares e nos serviços de limpeza urbana sejam incluídos nos grupos prioritários do processo de imunização contra a covid-19, uma vez que estão trabalhando diretamente no atendimento à população, com alto risco de contaminação em seus postos de trabalho; Requerimento nº 7.640/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de prorrogação do prazo de renovação dos seguintes documentos, com datas de vencimento entre 1º/1/2021 e, pelo menos, até o fim da calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19 no Estado: Carteira Nacional de Habilitação – CNH –, Permissão para Dirigir – PPD –, Autorização para Conduzir Ciclomotor – ACC – e os certificados de cursos especializados, como foram, no final de 2020, em acertada opção, prorrogados os prazos dos aludidos documentos, uma vez que seguimos combatendo essa alarmante crise humanitária e precisamos de esforços institucionais para não prejudicar, para além da dimensão sanitária, o povo mineiro; Requerimento nº 7.633/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares que atuaram na ocorrência, em 29/3/2021, no Bairro União, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de quatro pessoas, após uma perseguição com os suspeitos em fuga, e na apreensão de 13 barras de maconha, de R\$705,00, do veículo utilizado na fuga e de três celulares; Requerimento nº 7.645/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares e civis que participaram brilhantemente da Operação Ponto Final, realizada em 3/4/2021, nos Municípios de São Vicente de Minas e Andrelândia, que resultou na prisão de 15 suspeitos de integrarem organizações criminosas com base em São Paulo e no Rio de Janeiro e na apreensão de drogas, de duas armas de fogo, de um automóvel, de cerca de R\$10 mil em dinheiro e de animais da fauna silvestre; Requerimento nº 7.646/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares da guarnição localizada no Bairro Parque das Américas, no Município de Uberaba, pela primeira colocação entre as 156 bases do Estado e condecoração pelo destaque à frente das Bases de Segurança Comunitária – BSC – em Minas Gerais; Requerimento nº 7.653/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais civis que participaram brilhantemente, em 26/3/2021, em Belo Horizonte, da operação

que resultou na prisão de sete pessoas envolvidas no crime tráfico internacional de drogas, duas das quais são traficantes de alta periculosidade, ligados ao cartel de tráfico de drogas da Colômbia, a máfia europeia e ao Primeiro Comando da Capital - PCC; Requerimento nº 7.622/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para correção das violações de direitos humanos apuradas na inspeção realizada nos presídios da Região Metropolitana do Vale do Aço pela Comissão de Direitos Humanos da OAB 72ª Subseção – Ipatinga, com medidas de urgência para melhorar as instalações e assegurar melhores condições aos acautelados; Requerimento nº 7.632/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Muzambinho pedido de informações acerca do relatório diário de vacinação no município, detalhando-se o número do lote de vacinas utilizadas, diariamente, no período entre 22/3/2021 e 26/3/2021, e o quantitativo de pessoas vacinadas, diariamente, no mesmo período; Requerimento nº 7.623/2021, de autoria das deputadas Laura Serrano e Celise Laviola e dos deputados Raul Belém, Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, João Leite, Betinho Pinto Coelho, Bosco, Fábio Avelar de Oliveira, Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Noraldino Júnior, Zé Guilherme e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à SES pedido de providências para que as prefeituras, as secretarias municipais e as superintendências regionais de saúde sejam orientadas sobre a importância de incluir a categoria dos trabalhadores de limpeza urbana no grupo prioritário da vacinação contra a covid-19, respeitadas as determinações do Ministério da Saúde; Requerimento nº 7.629/2021, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que se dê prioridade de vacinação contra a covid-19 aos médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares; Requerimento nº 7.630/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Sr. Joaquim Francisco Neto e Silva, e ao delegado regional de Pedra Azul, Sr. Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque, pedido de providências para que se agilize a apuração da morte da dentista Ana Luiza Domsin, ocorrida em 23/3/2021, no Município de Divisa Alegre; Requerimento nº 7.634/2021, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à priorização de pessoas com doenças crônicas no processo de vacinação contra a covid-19; Requerimento nº 7.638/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que o Norte de Minas Gerais seja incluído urgentemente no Programa Leite Novo; Requerimento nº 7.650/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que se viabilize, em caráter emergencial, a restauração das rodovias de acesso ao Projeto Jaíba: pavimentação de 34 km na rodovia LMG-633, iniciando na MG-401 até Mocambinho, e da MG-401 do Km 0, no porto de Matias Cardoso-Manga até o Km 72 em Jaíba; Requerimento nº 7.660/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar Minas – pelos 28 anos de sua criação; Requerimento nº 7.639/2021, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à SES, ao governador do Estado, à Secretaria-Geral do Estado e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que sejam alteradas as disposições do Decreto nº 113, de 30 de dezembro de 2020, e da Resolução Conjunta Cofin/Fhemig nº 001, de 15 de fevereiro 2021, revogando-se a aplicação de descontos na ajuda de custo para despesas com alimentação em caso de atrasos curtos, estabelecendo-se um período de tolerância de 10 minutos para os servidores, evitando-se assim que eles sofram deduções por atrasos insignificantes, e facultando-se a possibilidade de compensação de eventuais atrasos no dia de trabalho posterior; Requerimento nº 7.641/2021, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que se viabilize a contratação de estudantes de enfermagem dos níveis médio e superior que estejam na fase final dos cursos, faltando apenas a conclusão dos estágios obrigatórios para aquisição do título profissional, para atuarem no combate à covid-19, passando o tempo trabalhado na linha de frente da pandemia a contar como equivalente aos estágios regulares previstos na grade curricular dos cursos supracitados; Requerimento nº 7.648/2021, de autoria da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à SES pedido de providências para que sejam

encaminhados ao Município de Ipatinga um maior quantitativo de vacinas, uma vez que o estoque desse município se encontra zerado, com o agravante do número elevado de casos que, infelizmente, seguem aumentando; Requerimento nº 7.644/2021, de autoria das deputadas Laura Serrano, Celise Laviola, Delegada Sheila, Ione Pinheiro e Rosângela Reis, e dos deputados Antônio Carlos Arantes, Betinho Pinto Coelho, Charles Santos, Cleitinho Azevedo, Coronel Henrique, Dalmo Ribeiro Silva, Doorgal Andrada, Doutor Paulo, Duarte Bechir, Gil Pereira, Gustavo Mitre, Gustavo Valadares, Neilando Pimenta, Noraldino Júnior, Professor Irineu, Professor Wendel Mesquita, Raul Belém, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Tito Torres, Zé Guilherme, Léo Portela, João Magalhães, Gustavo Santana, Alencar da Silveira Jr., Tadeu Martins Leite, Bosco e Zé Reis, em que requerem seja encaminhado à SES pedido de providências para priorização de professores e outros trabalhadores em educação no processo de vacinação contra a covid-19 no Estado; Requerimento nº 7.647/2021, de autoria do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja consignado nos anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento de Wildemar Maximino da Cruz, ocorrido em 2/4/2021, em Janaúba; Requerimento nº 7.651/2021, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde de Janaúba pedido de providências para a inclusão de quilombolas no grupo de imunização prioritária, com um cronograma de vacinação; Requerimento nº 7.652/2021, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à SES, à Segov, ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG –, ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir – e à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG – pedido de providências para que seja realizada a vacinação de todas as comunidades quilombolas do Estado; Requerimento nº 7.661/2021, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao Detran-MG, à Sejusp, à Segov, à Seplag, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que, excepcionalmente, enquanto durar o isolamento social em virtude da pandemia de covid-19, seja proibida a apreensão de veículo pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, bem como para que sejam apresentados outros prazos para o pagamento das parcelas faltantes do IPVA sem a incidência de juros e multa durante essa suspensão ou reajuste; Requerimento nº 7.655/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que pessoas com síndrome de Down e autistas tenham precedência na ordem de vacinação contra a covid-19, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 13.146, de 2015, que garante atendimento prioritário às pessoas com deficiência; Requerimento nº 7.667/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia pedido de providências para que se acrescentem às normas regulamentadoras das comissões internas de prevenção de acidentes – Cipas –, previstas no art. 163 da Confederação das Leis Trabalhistas, medidas de ações relacionadas com a prevenção da covid-19; Requerimento nº 7.656/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas obras de manutenção e melhoria na BR-267, no trecho que liga Lima Duarte a Juiz de Fora, com o objetivo de proporcionar melhor visibilidade da sinalização e da pista e mais segurança aos usuários. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/4/2021

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral, da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Pregoeira, decide manter o indeferimento do recurso interposto pela licitante Talentos Cinevídeo Eireli, contra decisão que aceitou a proposta apresentada pela empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, no Pregão Eletrônico nº 51/2020, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços, com cessão de mão de obra, para áreas da Diretoria de Comunicação Institucional da Casa. Continuando os trabalhos, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 7.418/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais federais que participaram da operação realizada no dia 23/2/2021, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, que resultou na prisão de uma mulher de 38 anos que tentava transportar cocaína de Porto Velho, em Roraima, para Goiânia, em Goiás; Requerimento nº 7.419/2021, de autoria do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Alisson Ramos de Oliveira, que tem síndrome de Down, por superar desafios para levar uma vida produtiva e contribuir para o bem-estar da sociedade viçosense; Requerimento nº 7.421/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que, considerando-se denúncia do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde –, seja dado início, o mais breve possível, ao processo de vacinação dos trabalhadores da Fundação Hemominas que, entre suas atribuições, realizam atendimentos ambulatoriais, com referência em hematologia e doenças hematológicas, a pacientes com doenças falciformes, além de triagem de doadores de sangue e aférese, o que torna necessária a vacinação desses profissionais como integrantes de um grupo prioritário; Requerimento nº 7.422/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que as comunidades de Ipaneminha, Ipanemão, Tribuna e Pedra Branca, no Distrito de Barra Alegre, no Município de Ipatinga, sejam incorporadas ao cronograma do programa Alô Minas, promovido pelo Estado, garantindo-se a elas o acesso à internet e à telefonia móvel; Requerimento nº 7.423/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Mário Campos pela eleição como presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, ligada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Requerimento nº 7.424/2021, de autoria do deputado Leandro Genaro, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Lígia Barbieri Montavani e sua equipe pelos excelentes serviços prestados nos Municípios de Mateus Leme e Florestal; Requerimento nº 7.425/2021, de autoria do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares de Viçosa pela atuação na redução da criminalidade nesse município; Requerimento nº 7.427/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam suspensos os cortes no fornecimento de água dos consumidores inadimplentes no Município de Coromandel até o fim do estado de calamidade pública sanitária em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.428/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador Romeu Zema pedido de providências para que sejam suspensos os cortes no fornecimento de água dos consumidores inadimplentes da Copasa-MG no Município de Coromandel até o fim do estado de calamidade pública sanitária em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.429/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam suspensos os cortes no fornecimento de energia elétrica feitos pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – dos consumidores inadimplentes no Município de Coromandel até o fim do estado de calamidade pública sanitária em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.431/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para a regularização do fornecimento de água tratada e da aferição dos medidores pela empresa em Ribeirão das Neves; Requerimento nº 7.432/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizado, em caráter de urgência, todo o suporte

necessário para a região do Triângulo Mineiro, inclusive transporte aéreo de pacientes para outras regiões do Estado, ou mesmo para outros estados, tendo em vista o colapso dos serviços públicos e privados de saúde na região, especialmente no Município de Uberlândia, em razão do agravamento da pandemia de covid-19 em toda a região; Requerimento nº 7.443/2021, de autoria do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que parte dos recursos obtidos por meio do acordo celebrado neste ano com a mineradora Vale sejam utilizados, nos termos da Lei nº 23.137, de 2018, do Decreto nº 47.560/2018 e da Resolução Conjunta SES/Segov/Seplag/Sedese/Sedpac nº 250/2019, para a reparação de danos causados aos filhos de hansenianos que foram separados dos pais; Requerimento nº 7.445/2021, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que sepultadores, agentes funerários, profissionais coletores de resíduos hospitalares e urbanos em geral sejam considerados prioridades na vacinação contra a covid-19; Requerimento nº 7.447/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações a Agnaldo Diniz Filho por sua indicação para compor o Conselho Superior de Economia – Cosec – da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Requerimento nº 7.448/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja suspensa a exigência dos Anexos I e II da Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 10.308, de 26 de fevereiro de 2021 no processo de designação para 2021; Requerimento nº 7.449/2021, de autoria do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais civis que participaram da operação Babilônia, que desarticulou uma das maiores organizações criminosas de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro no Estado, com ramificações em Belo Horizonte, Itaobim e região do Vale do Jequitinhonha; Requerimento nº 7.452/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Cláudia Aparecida Marliére de Lima, pela recondução ao segundo mandato como reitora da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop; Requerimento nº 7.453/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências, com a maior agilidade possível, com vistas à nomeação dos membros do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir –, considerando-se que a indefinição quanto a esses membros tem provocado prejuízos nos trabalhos do conselho na implementação das políticas que promovam a igualdade racial no Estado; Requerimento nº 7.454/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais civis do Município de Ipanema pela brilhante atuação no período de 1º/1 a 31/12/2020, com o índice de 100% na apuração dos homicídios ocorridos no município; Requerimento nº 7.455/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para manutenção e realização de operação tapa-buracos na MG-350, entre Marmelópolis e Delfim Moreira; Requerimento nº 7.456/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para manutenção e realização de operação tapa-buracos na MG-285, no trecho entre Rodeiro e Astolfo Dutra; Requerimento nº 7.457/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sgt. PM Wallisson e ao Sgt. PM Paulo Cesar pela exitosa e corajosa atuação na ocorrência, em 28/1/2020, quando salvaram o ex-vereador Eurípedes Florêncio de Souza, conhecido como Gancho, e seu sogro e seu sobrinho, que estavam no meio de um incêndio que acometeu sua residência, na cidade de Fronteira; Requerimento nº 7.458/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais civis que participaram das diligências em relação a veículos clonados, na região do Vale do Jequitinhonha, que resultou na apreensão de dois carros e de uma motocicleta.; Requerimento nº 7.684/2021, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que seja garantido o fornecimento de medicamentos do chamado “kit intubação”, essencial para o enfrentamento e tratamento dos pacientes acometidos pelo Sars-Cov 2, na microrregião de saúde de Cataguases, que abrange os Municípios de Cataguases, Além Paraíba, Argirita, Dona Euzébia, Estrela-D'alva, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Palma, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande. Na continuidade da reunião, são

aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/4/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom, tendo como objeto a prestação de serviços de adolescentes trabalhadores – parecer favorável à prorrogação e revisão do preço em função do reajuste do salário-mínimo, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, nos termos do art. 12, inciso II, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014, e art. 61, inciso XIII, da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, a Mesa homologa o Processo nº 1011010 130/2020, Pregão Eletrônico nº 51/2020, destinado à contratação de serviços, com cessão de mão de obra, de execução indireta nas áreas de televisão, rádio, jornal, agência de notícias, plataformas digitais, produção gráfica e projetos culturais da Assembleia, autorizando a celebração do contrato com a empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, vencedora do certame. Dando prosseguimento, a Mesa aprova as seguintes proposições: Requerimento nº 7.461/2021, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas ao cumprimento do art. 27 da Resolução SEE nº 4.256/2020, mantendo-se a contratação de um professor de apoio à comunicação, linguagem e tecnologias assistivas para até três estudantes por turma, mesmo durante a vigência do estado de calamidade pública e no regime especial de atividades não presenciais; Requerimento nº 7.462/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Cb. PM Henrique Santos Araújo e à Sd. PM Raissa Ismelina Soares de Oliveira, pela exitosa e corajosa atuação na ocorrência, em 3/3/2021, em São Francisco, em que salvaram a vida da idosa Sra. Edny Prestes Aguiar, em meio ao incêndio que aconteceu em sua residência; Requerimento nº 7.466/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que verifique a possibilidade de abertura ou reabertura dos centros de atendimento de saúde de campanha para tratamento de covid-19, nas regiões do Estado que estiverem afetadas pela onda roxa; Requerimento nº 7.467/2021, de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações à Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg – pelos 88 anos de sua fundação; Requerimento nº 7.468/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à SES, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para alocação de recursos financeiros e apoio à produção da vacina raiz, em desenvolvimento pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, para o combate à covid-19; Requerimento nº 7.492/2021, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam realizadas, com urgência, as intervenções necessárias com vistas a que o Estado crie linhas de crédito ou colabore na sua criação para financiar o capital de giro das micro e das pequenas empresas e dos produtores rurais do Município de Santa Maria de Itabira, que foi

fortemente castigado pelas chuvas na madrugada de 21 de fevereiro de 2021; Requerimento nº 7.497/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências para que seja anexada ao Processo nº 1095517/2020 cópia do Estatuto do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, visando a subsidiar a análise da regularidade nos Editais Sejusp de 1/2020 a 6/2020, cogestão Suase – processo de seleção pública de entidade sem fins lucrativos para celebração de contrato para cogestão de medida socioeducativa de internação nos municípios de Minas Gerais; Requerimento nº 7.498/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig – pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos, incluindo-se o Município de Ouro Fino; Requerimento nº 7.499/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Gasmig pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos na região Sul de Minas, incluindo-se os municípios próximos a Pouso Alegre; Requerimento nº 7.500/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Gasmig pedido de providências para que seja apreciada com especial atenção a possibilidade de expansão da malha de gasodutos na região Sul de Minas, incluindo-se os municípios próximos a Extrema; Requerimento nº 7.503/2021, de autoria das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – pedido de providências para que conclua os relatórios técnicos de identificação e delimitação – RTIDs – em elaboração e que priorize a publicação dos relatórios concluídos; envide esforços para a celebração de acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, com a participação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG –, para priorizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas; priorize a elaboração do cadastro ambiental rural – CAR – das comunidades quilombolas, instituído pelo Código Florestal Brasileiro – Lei Federal nº 12.651, de 2012 –, buscando, para tanto, parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG; e envide esforços junto à Secretaria do Patrimônio da União – SPU – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para a elaboração dos laudos antropológicos e demais peças do processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas ribeirinhas do Rio São Francisco; Requerimento nº 7.504/2021, de autoria das deputadas Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – no Estado pedido de providências para que sejam enviados o roteiro contendo o passo a passo dos processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas e a planilha dos 24 processos que foram judicializados, bem como para que sejam celebrados acordos de cooperação técnica com a Seapa, com a participação da ALMG, sejam feitas parcerias com a UFMG, a Uemg e a Unimontes para a elaboração de laudos antropológicos e seja solicitado ao Incra, em Brasília, a situação atual do CAR das comunidades quilombolas no Estado; Requerimento nº 7.505/2021, de autoria da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que se esclareça à população serranopolitana o fornecimento de água extraída da represa do Rio Mosquito pela Copasa-MG a outros municípios que não Serranópolis de Minas e para o imediato fornecimento de água potável às comunidades tradicionais e rurais, tendo em vista a essencialidade do bem; Requerimento nº 7.506/2021, de autoria do deputado Hely Tarquínio, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências com vistas à antecipação do pagamento dos recursos destinados por meio de emendas ao combate ao coronavírus, diante da urgência enfrentada pela população no combate à pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.508/2021, de autoria do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que sejam fornecidos com urgência respiradores e monitores aos hospitais da rede pública de Juiz de Fora com vistas à ampliação do número de leitos para atendimento de pessoas acometidas pela covid-19; Requerimento nº 7.509/2021, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que, nos termos do art. 24 da Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, prorogue por até 24 meses o prazo de validade do concurso público para

provimento de vagas no Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militares Combatentes e Especialistas regido pelo edital CBMMG nº 13/2018; Requerimento nº 7.510/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Secretário de Estado de Governo pedido de providências com vistas à suspensão de juros e multas das parcelas do IPVA, bem como de protestos de títulos, que estão trazendo prejuízos aos contribuintes, enquanto durar a crise financeira provocada pela pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.512/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para viabilizar a construção de uma ponte no Km 244 da BR-356, entre Muriaé e Ervália, tendo em vista que, em períodos de chuva, a rodovia é alagada, impedindo a passagem de veículos no local; Requerimento nº 7.514/2021, de autoria do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 – e à SES pedido de providências para que seja elaborado, com urgência, estudo técnico que defina a necessidade e os critérios para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para Assistência Hospitalar – Hospital de Campanha, em todas as regionais do Estado, priorizando aquelas com maior risco de colapso; Requerimento nº 7.516/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – e ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências para a criação de uma plataforma para a realização de cadastro das bandas e fanfarras no Estado; Requerimento nº 7.517/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Drika Protetora, vereadora de Uberlândia, ocorrido em 21/2/2021, naquela cidade; Requerimento nº 7.518/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências com vistas à implementação, pela Comissão de Exames Especiais, do atendimento virtual para portadores de deficiência física, visual, mental ou autista, para fins de apuração da isenção de ICMS na compra de veículo novo, considerando-se que a pandemia de covid-19 trouxe riscos de contágio em exames presenciais e ainda dificulta o deslocamento dessas pessoas, especialmente daquelas que residem no interior do Estado; Requerimento nº 7.519/2021, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências para que seja realizado estudo técnico relacionado ao repasse de R\$80 milhões pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao governo do Estado, de tal forma que esse montante seja usado como investimento na Fundação Ezequiel Dias – Funed – e que essa fundação possa estabelecer termo de cooperação técnica ou convênio com o Instituto Butantan e a Fiocruz para agilizar a produção de vacinas contra o novo coronavírus no Estado; Requerimento nº 7.520/2021, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências com vistas à apresentação de um projeto de lei que assegure ao servidor público civil ou militar estadual o direito de remoção para acompanhar o cônjuge ou companheiro servidor público estadual que tenha sido removido; Requerimento nº 7.521/2021, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF – pedido de providências para que se estenda a todos os cidadãos mineiros o benefício da prorrogação do vencimento do IPVA de 2021, que foi concedido aos servidores públicos militar e civil por meio do Decreto nº 48.111, de 2020; Requerimento nº 7.524/2021, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências com vistas à ampla distribuição de máscaras de proteção tipo N95/PPF2, nos postos de saúde e demais unidades de atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS –, em cumprimento à Recomendação nº 72 do Conselho Nacional de Saúde e das medidas indicadas por médicos e especialistas; Requerimento nº 7.525/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações à Fundação Clóvis Salgado - Palácio das Artes, pelos 50 anos de sua fundação; Requerimento nº 7.526/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Pampulha Iate Club – PIC – pelos 60 anos de sua fundação; Requerimento nº 7.527/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulada manifestação de apoio a todas as mulheres mineiras que atuam como cuidadoras de idosos, por ocasião do Dia Internacional da Mulher e do dia Nacional do Cuidador de Idosos, celebrados no mês de março, e pelo relevante trabalho que prestam de proteção à vida, à dignidade e à saúde das pessoas idosas; Requerimento nº 7.528/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira,

em que requer seja formulado voto de congratulações à Associação dos Cuidadores de Minas Gerais, pelos 15 anos de sua criação; Requerimento nº 7.529/2021, de autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências com vistas à abertura de crédito emergencial, principalmente para municípios mais pobres e com menos de 20 mil habitantes, para, com base na permissibilidade da Lei nº 14.125, de 2021, apoiar esses municípios na compra de vacinas contra a covid-19 com registro ou autorização temporária de uso no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Requerimento nº 7.530/2021, de autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao BDMG pedido de providências com vistas à inserção, nos programas voltados à infraestrutura municipal, do asfaltamento de vias rurais que ligam distritos e povoados; Requerimento nº 7.538/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulado voto de congratulações à 36ª Diretoria Executiva da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel – por sua posse para o biênio 2021-2022; Requerimento nº 7.540/2021, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências com vistas à diminuição da tarifa de energia elétrica e à não aplicação da bandeira vermelha nos cálculos das contas de energia elétrica, para todos os consumidores do Estado, enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.541/2021, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que conceda diminuição da tarifa de água e esgoto a todos os consumidores do Estado enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de coronavírus; Requerimento nº 7.542/2021, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para seja garantido o fornecimento de água por parte das prestadoras de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, vetando-se o corte do fornecimento de água por falta de pagamento, enquanto vigorarem as medidas de isolamento social decretadas oficialmente pelo governo do Estado; Requerimento nº 7.543/2021, de autoria do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que as distribuidoras de energia elétrica atuantes no Estado observem o disposto no art. 6º, inciso IV, da Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, que autoriza a suspensão da contagem do prazo nonagesimal para a suspensão do fornecimento, de que trata o § 2º do art. 172 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, enquanto vigorarem as medidas de isolamento social decretadas pelo governo do Estado; Requerimento nº 7.544/2021, de autoria do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja concedido tratamento tributário especial aos micros e aos pequenos empresários, bem como aos empresários individuais, com vistas a viabilizar isenções e diminuição de alíquotas tributárias, financiamentos de débitos e linhas de crédito, enquanto durar o estado de calamidade decretado em razão da pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.546/2021, de autoria do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, à Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. em Curvelo e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que não haja reajuste da tarifa de pedágio no trecho de concessão da rodovia BR-135 entre Curvelo e Bocaiuva, que está previsto para ocorrer em 1º de abril de 2021, tendo em vista a crise econômica causada pela pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.548/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para que seja revogado o Memorando-Circular nº 29/2021/SEE/SG, que tem por objetivo orientar os servidores quanto ao disposto nas Deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, nos municípios que estiverem na Onda Roxa; Requerimento nº 7.549/2021, de autoria do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à suspensão, em caráter de urgência, do reajuste das tarifas nas cinco praças de pedágios da BR-135, entre Montes Claros e Curvelo, anunciado pela ECO 135, concessionária que administra os trechos da rodovia, para 1º de abril de 2021, considerando-se a crise financeira provocada pela pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.550/2021, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja formulado voto de congratulações à “Folha Machadense”, pelos 47 anos de circulação ininterrupta; Requerimento nº 7.554/2021, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado

ao governador do Estado pedido de providências para a concessão de auxílio financeiro aos professores da rede pública estadual, durante o período de aulas virtuais, para que seja possível subsidiar os trabalhos dos servidores no uso de tecnologias com equipamentos mais avançados e internet de melhor qualidade; Requerimento nº 7.555/2021, de autoria do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja formulado voto de congratulações à Drogaria Araújo pelos seus 115 anos de fundação; Requerimento nº 7.556/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se suspenda a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, considerando-se que todo o Estado se encontra na onda roxa da pandemia de covid-19, com reflexos em todos os setores da economia; Requerimento nº 7.557/2021, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Contas do Estado pedido de providências com vistas à apuração do cumprimento do contrato de concessão firmado entre o Estado e a ECO 135 Concessionária de Rodovias S.A., que administra 363,9 km do trecho que liga o Município de Montes Claros a Belo Horizonte, com seis praças de pedágio; Requerimento nº 7.558/2021, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a verificação do cumprimento do contrato celebrado entre o Estado e a ECO 135 Concessionária de Rodovias S.A., administradora da BR-135, que administra 363,9 km do trecho que liga o Município de Montes Claros a Belo Horizonte, com seis praças de pedágio; Requerimento nº 7.559/2021, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas à apuração do cumprimento do contrato de concessão firmado entre o Estado e a ECO 135 Concessionária de Rodovias S.A., que administra 363,9 km do trecho que liga o Município de Montes Claros a Belo Horizonte, com seis praças de pedágio; Requerimento nº 7.561/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para garantir o fornecimento, o estoque e a distribuição de insumos e materiais básicos para o atendimento emergencial aos pacientes de covid-19, como *kits* de entubação, seringas e ataduras, aventais, toucas e luvas descartáveis para os trabalhadores da saúde, em todas as regiões do Estado; Requerimento nº 7.563/2021, de autoria do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Rio de Janeiro pedido de informações a respeito do recurso no valor de R\$996 milhões aprovado para a ECO 135 Concessionária de Rodovias S.A. em 2019, com a finalidade de investir em obras de ampliação de capacidade e de melhorias gerais nas condições das Rodovias BR-135, MG-231 e LMG-754, se este recurso foi pago, se está atingindo sua finalidade e se a concessionária tem um prazo para sua aplicação; Requerimento nº 7.565/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a abertura de inquérito e intimações para depoimento, por parte da Polícia Federal, de 25 cidadãos, residentes em Uberlândia, por supostas postagens críticas ao governo e ao presidente Jair Bolsonaro; Requerimento nº 7.567/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para que se verifique a possibilidade de criação imediata de programa de subsídio ou abertura de créditos com baixo custo para os microempresários e empreendedores individuais que vivem nos municípios afetados pela onda roxa do Minas Consciente, tendo em vista a suspensão de suas atividades; Requerimento nº 7.568/2021, de autoria do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que verifique a possibilidade de instruir seus municípios associados que aderiram aos critérios da onda roxa do Minas Consciente para que promovam a suspensão da cobrança do IPTU de seus administrados, especialmente dos estabelecimentos comerciais; Requerimento nº 7.569/2021, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja formulado voto de congratulações ao 2º-Sgt. PM Erodney de Freitas Muniz, pela atitude de reverência manifestada durante o exercício de Ordem Unida, realizado em 17/3/2021, na 11ª Companhia PM, em Montes Claros; Requerimento nº 7.574/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para vacinação imediata dos motoristas de ambulância da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – que prestam serviços no Garajão e que estão na linha de frente de combate à pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.669/2021, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao

secretário municipal de Saúde pedido de informações sobre como estão sendo tratados, em relação à priorização no processo de vacinação, os profissionais de saúde que possuem registro profissional ativo e atuam como autônomos nessa área; Requerimento nº 7.670/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à SEE pedido de providências para imediata liberação do processo de compra dos *kits* alimentícios, ficando os diretores das escolas estaduais autorizados a adquirir e entregar os *kits* às famílias dos alunos matriculados nas escolas; Requerimento nº 7.672/2021, de autoria do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para que seja realizada interlocução com as superintendências estaduais de saúde, visando ao cumprimento da Lei nº 23.631, de 2020, de forma que os hospitais públicos, privados e de campanha disponibilizem diariamente, preferencialmente de maneira remota, informações acerca da situação clínica de paciente internado com suspeita ou com diagnóstico de covid-19 a familiar ou a outra pessoa, desde que previamente indicados pelo paciente e cadastrados nas unidades hospitalares; Requerimento nº 7.673/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que se proceda, de forma preferencial, à vacinação da população carcerária do Estado; Requerimento nº 7.675/2021, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Sebastião Favila, ex-prefeito municipal de Ouro Fino; Requerimento nº 7.676/2021, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que sejam instituídas, com urgência, políticas públicas de apoio, fomento e incentivo para o setor de turismo em Minas Gerais; Requerimento nº 7.677/2021, de autoria das deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha, Ione Pinheiro, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Sr. Geraldo Gualberto, vereador da Câmara Municipal de Timóteo pelo PSC, pelo discurso machista e preconceituoso proferido na 2ª Reunião Extraordinária daquela câmara durante a votação do Projeto de Lei n.º 4.301/2021, que garante o direito de preferência das mulheres vítimas de violência doméstica à matrícula e transferência dos filhos sob sua guarda, situação em que o vereador relativizou a violência sofrida por mulheres, referindo-se às vítimas de violência doméstica com a expressão “mulheres de malandro” e afirmando que elas não merecem ter mais direitos que aquelas chamadas por ele de “mulheres amadas”; Requerimento nº 7.678/2021, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à SEF pedido de providências para que, caso haja alta no preço de referência médio utilizado na base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – sobre combustíveis, este seja congelado enquanto perdurarem as medidas restritivas da pandemia, podendo ser reajustado apenas para baixo, bem como para que seja apresentada a análise do estudo econômico sobre o impacto do ICMS de combustíveis no regime de substituição tributária e suas repercussões; Requerimento nº 7.680/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja removido o radar fixo do Km 315 da MGC-367, no Município de Virgem da Lapa, e seja esse radar instalado no Km 292 dessa rodovia, na localidade de Comunidade Martins, Município de Araçuaí; Requerimento nº 7.681/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para instalação de radares no Km 39 da Rodovia MG-114, no Município de Virgem da Lapa; Requerimento nº 7.682/2021, de autoria do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para a instalação de radares no Km 344 da MGC-342, no Município de Coronel Murta; Requerimento nº 7.683/2021, de autoria do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações ao Sr. Luiz Audebert Delage Filho, pela fulgurante carreira exercida na magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Requerimento nº 7.685/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à SES pedido de providências para a inclusão dos trabalhadores de supermercados, drogarias e farmácias, açougues e sacolões de hortifrutigranjeiro nos grupos prioritários de vacinação contra a covid-19; Requerimento nº 7.686/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Doutor Paulo, Zé Guilherme e Professor Wendel Mesquita, em que requerem seja encaminhado à Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS-MG – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 - Comitê Extraordinário Covid-19 – pedido de providências para incluir entre as pessoas especiais com deficiências

descritas no inciso XX do art. 1º da Deliberação nº 3.314, de 2021, da CIB-SUS-MG, os indivíduos dentro do espectro autista e os com síndrome de down, tendo em vista as limitações que têm para seguir os protocolos de prevenção da covid-19; Requerimento nº 7.687/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações à Sra. Ana Paula Salles Moura Fernandes, por ter sido uma das sete vencedoras do prêmio “Mulheres brasileiras que fazem a diferença”, edição 2021, concedido pela embaixada e consulados dos Estados Unidos no Brasil, tendo em vista a sua atuação durante a pandemia de covid-19; Requerimento nº 7.688/2021, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja feito o investimento estimado em R\$30.000.000,00 no Centro de Tecnologia em Vacinas e Diagnóstico – CTVacinas – da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – UFMG –, de modo que possa ser dada continuidade ao processo de desenvolvimento dos estudos para as vacinas contra a covid-19, visto que a Universidade não possui recursos financeiros suficientes para subsidiar a continuidade do processo de pesquisa; Requerimento nº 7.689/2021, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Segov pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias para o cumprimento das diretrizes de enfrentamento da epidemia de covid-19 aprovadas pela Lei nº 23.631, de 2020, que prevê, em seu art. 12, inciso I, “a”, concessão de renda mínima emergencial e temporária, com vistas a garantir as condições de sobrevivência, segurança alimentar e higiene para os seguintes grupos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica inscritas no CadÚnico: artesãos e empreendedores solidários cadastrados nos programas estaduais de apoio ao artesanato e à economia popular e solidária; catadores de materiais recicláveis; agricultores familiares e pescadores artesanais, conforme critérios estabelecidos em lei; trabalhadores informais inscritos no CadÚnico; comunidades indígenas; comunidades quilombolas; famílias em situação de vulnerabilidade no campo; famílias pertencentes ao circo tradicional nômade; mães chefes de família sem cônjuge ou companheiro, em situação de pobreza; e prestadores de serviço que realizem transporte escolar de alunos de instituições de ensino públicas ou privadas; Requerimento nº 7.690/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Obras de Juiz de Fora pedido de providências para que seja executada obra de pavimentação asfáltica na estrada que liga o Distrito de Sarandira, naquele município, à BR-267; Requerimento nº 7.691/2021, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Seplog pedido de providências para que sejam nomeados todos os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos da carreira de professor de educação superior da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG –, referente aos editais do ano de 2018, para diversas unidades e áreas do conhecimento em diferentes cidades do Estado, uma vez que muitos professores estão trabalhando como designados para a função na qual já foram aprovados no concurso público daquele ano, sem, contudo, ter a segurança jurídica do pleno exercício de seu direito como servidor público; Requerimento nº 7.694/2021, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – e à Copasa-MG pedido de providências para que sejam sanados os vazamentos da rede de esgoto do Bairro Cabral, que tem desaguado no Córrego Tapera; Requerimento nº 7.695/2021, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja garantido aos acautelados no presídio regional de Montes Claros o direito à comunicação externa, bem como seja publicado o planejamento com datas e horários em que as videochamadas e ligações telefônicas serão realizadas; Requerimento nº 7.697/2021, de autoria do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento, em 12/4/2021, de Américo Martins Filho, jornalista e empresário de Montes Claros; Requerimento nº 7.698/2021, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações aos policiais militares pela brilhante atuação na ocorrência, em 9/4/2021, em que impediram uma ação em que duas gangues do tráfico de drogas se uniram para matar dois integrantes de desafetos pertencentes a gangues rivais, quando eles saíssem da Penitenciária Francisco Floriano Peixoto, localizada no distrito rural Vila Nova Floresta, e que resultou na prisão de sete homens e na apreensão de seis armas de fogo, uma granada e uma armadilha de pregos para furar pneus de carros. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário*

Administrativo, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 26 de abril, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/8/2021

Às 9h35min, comparecem à reunião as deputadas Celise Laviola e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Virgílio Guimarães, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Marquinho Lemos e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.603/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a destinação do imóvel conhecido como Terras da Febem do Município de Ouro Preto;

nº 9.739/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos trabalhadores da Copanor, que estão em greve há mais de 50 dias reivindicando melhores condições de trabalho, reajuste salarial e manutenção de direitos;

nº 9.785/2021, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja encaminhado ao diretor especial para Reparação e Desenvolvimento da Vale S.A. pedido de informações solicitando o nome completo e a localização das pessoas físicas residentes nos Municípios de Pequi, Florestal, Esmeraldas, Pará de Minas, São José da Varginha, Maravilhas, Caetanópolis, Paraopeba, Fortuna de Minas, Papagaios, Pompéu, Curvelo e Felixlândia, que receberam nominalmente algum tipo de reparação ou compensação específica para si ou sua família, decorrente do acordo firmado em 4/2/2021 entre a Vale S.A., o governo do Estado, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais;

nº 9.786/2021, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja encaminhado ao coordenador do Colegiado dos Compromitentes do Acordo da Vale em Belo Horizonte pedido de informações consubstanciadas no nome completo e na localização das pessoas físicas residentes nos Municípios de Pequi, Florestal, Esmeraldas, Pará de Minas, São José da Varginha, Maravilhas, Caetanópolis, Paraopeba, Fortuna de Minas, Papagaios, Pompéu, Curvelo e Felixlândia que receberam nominalmente algum tipo de reparação ou compensação específica para elas ou sua família, decorrentes do acordo firmado em 4/2/2021 entre a Vale S.A. o governo do Estado, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais;

nº 9.788/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para a realização do lançamento da frente parlamentar em prol do fortalecimento do Fundo Estadual de Habitação – FEH – e da valorização da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas;

nº 9.791/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova forma de cobrança de tarifas na Copasa e Copanor aprovadas pela Arsae.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2021.

Marquinho Lemos, presidente – Raul Belém.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/8/2021

Às 10h11min, comparecem, presencialmente, à reunião os deputados Coronel Sandro e Guilherme da Cunha e, remotamente, o deputado Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Sandro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Wanderley Alves Nicolau, coordenador de apoio operacional do Ministério Público de Contas, encaminhando cópia de documentos para conhecimento da Comissão relativos à política de desestatização da Codemge e da Codemig. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.831/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater com lideranças do setor de produção de energia elétrica e de atividades econômicas de alto consumo de energia elétrica o atual estado do fornecimento de energia elétrica em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação da geração e os diferentes modelos de fornecimento de energia elétrica oferecidos no Brasil e no exterior;

nº 9.832/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater com lideranças do setor de produção de gás natural e de atividades econômicas de alto consumo de gás natural o atual estado do fornecimento de gás natural em Minas Gerais, a adequação da oferta e as perspectivas de ampliação do fornecimento e os diferentes modelos de fornecimento de gás natural oferecidos no Brasil e no exterior;

nº 9.833/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater com a população mineira, especialmente com a parcela da população que ainda não dispõe de serviços de saneamento básico residencial, as estratégias para a universalização do acesso a esse serviço;

nº 9.834/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater com prefeitos de municípios do interior do Estado a existência de problemas de infraestrutura rodoviária, em especial quanto à segurança dos acessos municipais;

nº 9.835/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de desestatização da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de pessoas ligadas ao referido estado e ao BNDES e de autoridades públicas mineiras;

nº 9.837/2021, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de desestatização de aeroportos atualmente administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – e suas repercussões para o Estado;

nº 9.838/2021, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater com as Sras. Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas, as atribuições desta Casa relativamente ao

processo de desestatização estadual, bem como as recomendações, feitas por esse órgão e pelo Ministério Público Federal, relativas à desestatização da Codemge e da Codemig;

nº 9.839/2021, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 591/2021, que modifica o marco regulatório do sistema postal e autoriza sua desestatização;

nº 9.840/2021, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei Federal nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras –, suas repercussões e as possibilidades de atração de investimentos para o setor elétrico no Estado;

nº 9.849/2021, do deputado Guilherme da Cunha, em que requer seja realizada audiência pública para debater com representantes de municípios mineiros onde o saneamento básico foi concedido sobre os atributos dessa modalidade de prestação de serviços e suas vantagens.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2021.

Guilherme da Cunha, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/8/2021

Às 14h3min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Roberto Andrade e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a ouvir a Sra. Débora Lage Martins, superintendente de Auditoria Interna da Cemig, para prestar depoimento perante a comissão na condição de testemunha para esclarecer sobre as contratações diretas realizadas pela empresa no período apurado. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Tarso Duarte de Assis, advogado da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 9.680/2021. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Débora Lage Martins e seu advogado, Dr. Marcelo Leonardo. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados, para que façam seus questionamentos à testemunha, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.880/2021, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Sávio Souza Cruz, em que requerem sejam requisitadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais informações consubstanciadas na relação de escritórios jurídicos pré-qualificados a prestarem serviços para a CEMIG, selecionados pela empresa através de processos de licitação pública;

nº 9.881/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, em que requer seja requisitada ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais cópia do relatório de auditoria realizada pela Superintendência da Auditoria Interna da Cemig, contendo a análise das contratações diretas promovidas pela empresa no período de janeiro a setembro de 2020, cuja existência foi mencionada pela testemunha Débora Lage Martins em seu depoimento prestado a essa Comissão, na reunião do dia 16/8/2021, devendo a referida

cópia ser fornecida em apartado, independentemente da aprovação de requerimento mais abrangente que envolva a requisição de cópias de outros relatórios;

nº 9.882/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer sejam requisitadas ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais cópias de todos os relatórios de auditorias realizadas pela superintendência de Auditoria Interna da CEMIG, durante o período de 2019 a 2021, relacionadas às contratações diretas (sem licitação) promovidas pela CEMIG e envolvendo a apuração de irregularidades ocorridas na área de suprimentos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2021.

Cássio Soares, presidente – Professor Cleiton – Zé Guilherme – Sávio Souza Cruz – Beatriz Cerqueira – Zé Reis.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CEMIG NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/8/2021

Às 9h11min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Cássio Soares, Professor Cleiton, Hely Tarquínio, Sávio Souza Cruz, Zé Guilherme e Zé Reis, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta e Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir o Sr. Rômulo Provetti, gerente de Provimento e Desenvolvimento Pessoal da Cemig, a fim de prestar depoimento perante a comissão, na condição de investigado, para esclarecer sobre as contratações diretas de empresas de "headhunters" realizadas pela Cemig no período apurado. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Sérgio Paranhos Fleury Belisário, delegado de Polícia, prestando informações sobre o Requerimento de Comissão nº 9.707/2021. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Rômulo Provetti e seu advogado, Dr. Rogério Magalhães Leonardo Batista. O presidente qualifica a testemunha e passa a inquiri-la. Logo após, passa a palavra aos deputados, para que façam seus questionamentos ao investigado, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.930/2021, dos deputados Professor Cleiton, Sávio Souza Cruz e Hely Tarquínio, em que requerem seja encaminhado ao Juízo da Vara de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte solicitação de cópia integral do inquérito nº 0024.17009.894-1;

nº 9.931/2021, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja intimado o Sr. Evandro Negrão de Lima, a fim de prestar depoimento perante essa Comissão, na condição de testemunha, com o objetivo de esclarecer sobre a contratação da empresa Exec Consultoria em Recursos Humanos pela CEMIG para seleção de executivos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2021.

Cássio Soares, presidente – Professor Cleiton – Beatriz Cerqueira – Hely Tarquínio – Sávio Souza Cruz – Zé Guilherme – Zé Reis.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de pesar pelo falecimento do Padre Vicente Euteneuer (Requerimento nº 8.631/2021, do deputado Arlen Santiago);

de congratulações com a Primeira Igreja Presbiteriana de Caratinga pela comemoração do seu centenário no município (Requerimento nº 8.768/2021, do deputado Léo Portela);

de congratulações com a Diocese de Uberlândia pelos 60 anos de caminhada de fé, completados em 22/7/2021 (Requerimento nº 8.836/2021, do deputado Leonídio Bouças);

de congratulações com a Academia de Letras e Artes de Araguari pelos 53 anos de sua fundação, celebrados no mês de agosto (Requerimento nº 8.840/2021, do deputado Raul Belém).

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 7.338/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o saldo disponível nas contas do Estado de Minas Gerais em 1º/2/2021, bem como o encaminhamento dos saldos bancários, relativos ao mesmo dia, junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Itaú.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2021.

Professor Cleiton (PSB)

REQUERIMENTO Nº 7.973/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/5/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre o cronograma de implantação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, localizado nos Municípios de Lima Duarte, Olaria, Rio Preto e Santa Bárbara de Monte Verde, na Zona da Mata mineira, especificando quantos imóveis foram desapropriados e indenizados e os valores já pagos e as dimensões territoriais (em hectares) dos referidos terrenos; quantos ainda serão desapropriados e qual a previsão para as ações de desapropriação e respectivos valores de indenização; se foi realizada a composição do conselho consultivo paritário para a implantação do referido parque, quais são seus integrantes e qual a representação de cada um de seus membros, e, se não foi realizada, qual a previsão de sua realização e quais ações estão sendo implementadas para viabilizar sua composição, qual o cronograma de composição do corpo de funcionários públicos para

atuação no parque, a data prevista para abertura à visitação pública e as ações que serão realizadas para fomento do turismo na região; e seja informado o plano de manejo da área de implantação do parque, suas áreas de visitação e ações de pesquisa, extensão e estudos.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2021.

Noraldino Júnior, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (PSC).

REQUERIMENTO Nº 8.243/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Montes Claros, à Secretaria Municipal de Cultura em Montes Claros e ao Conselho Municipal de Cultura em Montes Claros pedido de providências para que seja aplicada em caráter de urgência, a Lei Municipal nº 3.830, de 26 de novembro de 2007, que criou o Sistema Municipal de Incentivo à Cultura, o Conselho Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura. Que seja revisto urgentemente o art. 12 do Decreto Municipal nº 2.462/2008 que define a composição do Conselho Municipal de Cultura de Montes Claros, para garantir a participação equivalente da sociedade civil, visto que o formato atual destina 70% das cadeiras a entes públicos, não garantindo representatividade e equidade neste espaço. Bem como sua reativação e reeleição. No tocante a Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc), que seja feita a destinação imediata dos R\$442.991,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e um reais) do recurso restante no município. Que a Secretaria Municipal de Cultura dê retorno ao ofício 02/2021 da Articulação dos Trabalhadores da Cultura de Montes Claros, protocolado para a mesma no dia 3 de maio de 2021, requisitando informações sobre a Lei Aldir Blanc. Que seja garantido a simplificação, transparência e orientação da prestação de contas do chamamento público 016/2020. Que seja realizada uma reunião aberta e virtual para atendimento e esclarecimento de dúvidas aos proponentes contemplados. E por fim, que sejam divulgados os repasses referentes ao ICMS do Patrimônio Cultural do município de Montes Claros, uma vez, que a pontuação do município é baixa em comparação a outros municípios do Norte de Minas.

Sala das Reuniões, 2 de junho de 2021.

Leninha, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

Justificação: Chegou ao conhecimento do nosso Mandato a denúncia da Articulação dos Trabalhadores da Cultura de Montes Claros sobre as dificuldades enfrentadas pela categoria, especialmente nesse período da pandemia da Covid-19.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as estimativas de participação do setor cultural na economia brasileira, antes da pandemia, variavam de 1,2% a 2,67% do PIB, e o conjunto de ocupados no setor cultural representava, em 2019, 5,8% do total de ocupados, ou seja, em torno de 5,5 milhões de pessoas. Todo o setor cultural foi duramente impactado pela pandemia.

Para dimensionar a crise provocada pela pandemia nos setores cultural e criativo no país, foi realizada uma pesquisa entre julho e setembro de 2020 em todo o território nacional. O levantamento contou com o apoio da Unesco no Brasil, do Serviço Social do Comércio (SESC), da Universidade de São Paulo (USP), do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e de 13 Secretarias Estaduais de Cultura. O estudo traça um panorama preciso sobre como os trabalhadores da cultura foram afetados pela emergência sanitária que se estende até os dias atuais.

De acordo com o levantamento, as artes cênicas foram as mais afetadas, com a perda total de receita para 63% dos profissionais. Ainda segundo a pesquisa, nesse setor, a maioria dos artistas que atuam na área de circo (77%), em casas de espetáculo (73%) e no teatro (70%) perderam a totalidade de suas receitas entre maio e julho.

Diante da gravidade da situação, solicitamos as devidas providências da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Municipal de Cultura de Montes Claros.

REQUERIMENTO Nº 8.360/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento do deputado Charles Santos aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/6/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o alcance e a implementação do tratamento de água e esgoto no Município de Caratinga, bem como sobre os critérios de cobrança das tarifas de água e esgoto nesse município.

Sala das Reuniões, 16 de junho de 2021.

Rosângela Reis, presidenta da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

Justificação: O presente pedido de informações justifica-se pelo alto número de indagações dos munícipes referentes aos critérios de cobranças e solicitações de esclarecimentos acerca dos valores cobrados a título de tarifas de água e esgoto em Caratinga/MG.

REQUERIMENTO Nº 8.424/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Leninha requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações – a serem disponibilizadas às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos da ALMG –, sobre a etapa em que se encontra o procedimento administrativo descentralizado pelo Ibama referente ao licenciamento do empreendimento da empresa Sul Americana de Metais – SAM – no Município de Grão Mogol.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 19/8/2021.

REQUERIMENTO Nº 8.648/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/7/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o saldo em caixa na conta única do Tesouro Estadual, no dia 2/7/2021, assim como a relação das demais contas não incluídas na referida conta e seus respectivos saldos em caixa.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2021.

Hely Tarquínio, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PV).

REQUERIMENTO Nº 8.876/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao governador do Estado e ao Secretário de Estado da Cultura pedido de providências com vistas à dispensa da apresentação da certidão de regularidade fiscal – CND – na habilitação para acesso às ações emergenciais decorrentes da Lei Aldir Blanc, destinadas ao setor da cultura durante o estado de calamidade pública.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2021.

Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: A Lei nº 14.017/2020, conhecida como Lei de Emergência Aldir Blanc, estabelece mecanismos e critérios para garantir apoio aos trabalhadores da cultura e à manutenção de espaços culturais que tiveram suas atividades interrompidas por força da pandemia causada pelo novo coronavírus.

A ideia original era de que documentos como comprovação de tributos federais, certidão negativa de inscrição na dívida ativa da União, certidão de quitação eleitoral e de regularidade com o FGTS, RAIS, pagamento de ITR para tomadores de empréstimos rurais, nada disso seria exigido. Contudo, a Resolução Secult nº 35, de 16 de outubro de 2020, modificada pela Resolução Secult nº 51, de 24 de junho de 2021, e demais regulamentações pertinentes estabeleceram exigências que dificultam o acesso aos benefícios da lei, no Estado de Minas Gerais, contrariando o objetivo primeiro da lei.

Sobreleva destacar que a Lei Aldir Blanc tem o propósito de evitar a completa falência do setor artístico. Portanto, é muito importante que o governo do Estado encontre maneiras de tornar mais acessíveis esses recursos. A propósito, temos conhecimento de que os Estados do Rio de Janeiro e do Acre dispensaram a exigência dos referidos documentos para acesso aos recursos da Lei Aldir Blanc. Seguindo essa mesma linha, estão os Municípios de Belo Horizonte e Uberlândia.

REQUERIMENTO Nº 8.880/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para priorizar o pagamento das férias-prêmio dos servidores inativos, considerando a legislação que impõe prazos e percentual mínimo anual obrigatório e considerando a importância deste recurso para a melhoria da qualidade de vida daqueles que dedicaram sua vida na prestação de serviços à população mineira.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2021.

Ulysses Gomes, líder da Minoria (PT).

REQUERIMENTO Nº 8.931/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para envio de um computador ao Destacamento de Juvenília (2º Grupamento do 2º Pelotão da 245ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar), para auxiliar no trabalho dos policiais lotados no local.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.932/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinado ao Destacamento de Pedras de Maria da

Cruz (4º Grupamento do 4º Pelotão da 165ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar) uma viatura do tipo caminhonete, com o intuito de contribuir com o serviço dos policiais lotados no local.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.933/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/08/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura ao Destacamento de Miravânia (2º Grupamento do 1º Pelotão da 245ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar), para contribuir com o serviço dos militares lotados no local.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.934/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja realizado o aumento do efetivo policial na 13ª Companhia Militar Independente da 11ª Região da Polícia Militar de São Francisco e a destinação de uma arma calibre 12 e uma viatura tipo caminhonete L200 para a zona rural, visando à melhoria do serviço dos militares.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.938/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e dos deputados Coronel Sandro, Delegada Sheila, Delegado Heli Grilo e João Leite aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para cumprimento do compromisso firmado em ata assinada pelos secretários de Estados envolvidos, por deputados desta Casa e por representantes das forças de segurança do Estado, no dia 22/11/2019, para a recomposição da perda

inflacionária dos servidores, inclusive administrativos, da segurança pública e para que seja enviado a esta Casa projeto de lei reajustando os valores das tabelas de vencimento básico das categorias das forças de segurança englobando as duas parcelas de 12% restantes desse acordo.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a recomposição salarial dos servidores, inclusive administrativos, da segurança pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Considerando que, à época, foi o próprio secretário de Estado e Planejamento e Gestão quem fez os cálculos e projeções para a efetivação da recomposição em 3 parcelas, sendo uma de 13% para julho de 2020, e duas de 12%, sendo uma para setembro de 2021 e outra para setembro de 2022. Considerando que não há impedimento legal para que o Governo do Estado possa promover essa recomposição salarial, observando-se o inciso X do art. 37 da CRFB/88, o qual assegura a revisão geral anual dos servidores, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Considerando, ainda, que essa recomposição das perdas inflacionárias não gera ganho remunerado real, apenas promove a recomposição inflacionária frente a instabilidade da moeda.

REQUERIMENTO Nº 8.939/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para aquisição de armamentos – um fuzil/carabina calibre 5.56 x 45mm e uma submetralhadora calibre .9mm –; equipamentos – microcomputadores completos, scanner de mesa vertical, impressora a laser e *kit* escritório –; e viaturas – uma viatura descaracterizada básica e uma viatura caracterizada com cela tipo SUV –, para a 7ª Delegacia de Polícia Civil, no Município de Presidente Olegário, para melhoria das condições de trabalho dos policiais civis e da qualidade da prestação dos serviços de polícia judiciária aos cidadãos mineiros.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.940/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que seja assegurado o cumprimento do § 4º do art. 148 da Constituição do Estado, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, que garantiu integralidade e paridade aos servidores que ingressaram nas carreiras de policiais legislativos, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioeducativos a partir da edição da Lei Complementar nº 132, de 2014, atuando, no âmbito de suas competências, para a reforma do entendimento emanado por meio do Parecer nº 16.344, da Advocacia-Geral do Estado, tendo em vista que tal posicionamento vai de encontro à intenção do legislador, afronta clara previsão constitucional e cerceia direitos salvaguardados dos mencionados servidores.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.941/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que o procedimento de avaliação de desempenho do servidor Adílson Mota Silva, MASP 1298644-4, atualmente lotado no CSE Uberaba, seja concluído com parecer conclusivo.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Salienta-se, uma vez mais, que o servidor já suporta prejuízos financeiros em razão de citada delonga na conclusão de seu estágio probatório. Assim, diante da gravidade do exposto, conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 8.942/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a aquisição de duas viaturas de rádio-patrolhamento, uma caracterizada e outra descaracterizada, para a 219ª Companhia do 42º Batalhão da 14ª Região de Polícia Militar, em Corinto, com o objetivo de garantir o policiamento ostensivo realizado pela referida unidade da PMMG e de assegurar a realização do serviço de inteligência.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.943/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a destinação de uma viatura com xadrez para a 10ª

Companhia Independente de Polícia Militar da 4ª Região de Polícia Militar, em Viçosa, tendo em vista que uma das viaturas do ano de 2013 está sem funcionar desde 17/9/2020, o que inviabiliza o trabalho dos policiais militares.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.944/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o envio de uma viatura ao Destacamento de Pintópolis (3º Grupamento do 1º Pelotão da 13ª Companhia da 11ª Região da Polícia Militar), para auxiliar no serviço dos policiais.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.945/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aumento do efetivo no Destacamento de Bonito de Minas (2º Grupamento do 4º Pelotão da 165ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar), pois o destacamento tem apenas 7 policiais e o ideal seriam doze.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.946/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinado ao Destacamento de Cônego Marinho (3º Grupamento do 4º Pelotão da 165ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar), um Fuzil 762 e uma viatura, e para que seja realizada a reforma do destacamento, com o objetivo de contribuir com a prestação de serviço dos policiais lotados no local.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.947/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja destinada uma viatura do tipo caminhonete L200 ao Destacamento de São João das Missões (3º Grupamento do 1º Pelotão da 245ª Companhia do 30º Batalhão da 11ª Região da Polícia Militar), para contribuir com o serviço dos policiais.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.948/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja realizada uma reforma na 261ª Companhia do 55º Batalhão da 14ª Região da Polícia Militar, em Buritizeiro, com o intuito de dar condições dignas de trabalho aos policiais da companhia.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.949/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aumento do efetivo policial do 2º Pelotão de Montalvânia, substituição dos coletes que estão vencidos desde 2018 e destinação de arma calibre 12 e pistola .40 - MD5, para a segurança dos policiais no cumprimento do dever.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Visto que os coletes estão com pacas vencidas desde o dia 18 e as armas são de modelos antigos, os pedidos visam trazer segurança para os policiais no cumprimento do dever.

REQUERIMENTO Nº 8.950/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para substituição do armamento do Destacamento de Matias Cardoso (2º Grupamento do 1º Pelotão da 238ª Companhia do 51º Batalhão da 11ª Região de Polícia Militar), e envio de uma viatura do tipo caminhonete L200 ao destacamento, com o objetivo de oferecer maior segurança ao serviço dos policiais e melhor atendimento à população da localidade.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.951/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que uma viatura seja destinada ao destacamento de Rubelita (5º Grupamento do 2º Pelotão da 2ª Companhia da 11ª Região da Polícia Militar), pois a viatura que pertence ao destacamento encontra-se em situação precária.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.952/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para a reforma no Pelotão do Corpo de Bombeiros de Pirapora, em comemoração aos 30 anos de sua instituição.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 8.953/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/8/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – pedido de providências para que sejam convocados, o mais brevemente possível, novos candidatos excedentes aprovados no certame destinado ao provimento de cargos de escrivão de polícia, uma vez que, dos 76 últimos convocados, aproximadamente 30 não tomarão posse ou não se matricularam para o curso.

Por oportuno, informa que a 20ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 11 de agosto de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: A citada vacância em muito compromete o andamento e o cumprimento das funções institucionais da Polícia Civil de Minas Gerais, por isso conto com o apoio dos pares na aprovação deste requerimento.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/8/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruno Montarroios Neto Almeida, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas São Muitas;

exonerando Heber Caires de Oliveira, padrão VL-53, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

exonerando Maria Carolina Minaré e Monfré, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Bruno Montarroios Neto Almeida, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

nomeando Daniel Torchetti Andrade, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Marcos Maggessi Cotta, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando Valdir Donizete do Prado, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas São Muitas.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 2/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 6/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para locação de sistema de controle de acesso biométrico e registro de frequência com tecnologia IP (*internet protocol*), incluindo projeto,

instalação, treinamento, manutenção, gerenciamento e suporte técnico, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo da contratação, a sessão pública virtual fica adiada para as 14 horas do dia 1º/9/2021.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 53/2021

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Juiz de Fora). Objeto: doação de bens inservíveis. Licitação: dispensada.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 53/2021

Número no Siad: 9241293-4/2021

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom. Objeto do contrato: prestação de serviço de adolescentes trabalhadores. Objeto do aditamento: quinta prorrogação do contrato. Vigência: 2/11/2021 a 1º/11/2022. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/3/2021, na pág. 32, onde se lê:

“Claudia Marcia Marques Mol”, leia-se:

“Claudia Marcia Marques”.

CORRESPONDÊNCIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/8/2021, na pág. 86, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício do Sr. Matheus Daniel Pires de Moraes e outros, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 1.827/2015, do deputado Doutor Jean Freire”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 1.827/2015, do deputado João Vítor Xavier”.